nº 184 · ano 34 · março 2017 • distribuição gratuita aos sócios do sprc

RCI
Região Centro Informação

Destacável

Assembleia Geral de Sócios
24 de Março

Pág. 13

Preparar, Unir, Lutar!

Em defesa das Carreiras Docentes que o Governo quer destruir

Em Foco
Tarda o compromisso com os professores
Pág 5

Aposentação
FENPROF questiona grupos parlamentares
Pág 7

Última hora
Em defesa das suas carreiras, professores voltarão à luta!
Pág 12

Sindicato dos Professores da Região Centro

Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Telef.: 239 851 660
FAX: 239 851 666
E-Mail: sprc@sprc.pt
www.sprc.pt

Ficha Técnica
Região Centro Informação
Registo de Propriedade n.º 217964
Propriedade do Sindicato dos Professores da Região Centro
Rua Lourenço de Almeida Azevedo, 21
Apartado 1020 – 3001-552 Coimbra
Director – Mário Nogueira
Chefe de Redacção – Luís Lobo
Conselho de Redacção:
Francisco Almeida, Marta Ferreira, José Pinto, Nelson Delgado, Vitor Januário, Cruz Marques
Grafismo e Ilustração – Tiago Madeira
Composição e Paginação – SPRC
Periodicidade – Mensal
Tiragem – 12.000 exemplares
Impressão, Embalagem e Expedição – MULTIPONTO, SA
Redacção e Administração – Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21
Fotografias – Arquivo SPRC

Registo de Publicação n.º 117965
Depósito Legal n.º 228/84

DIRECÇÕES DISTRITAIS

Aveiro
R. de Angola, 42, Loja B
Urbanização Forca-Vouga
3800-008 Aveiro
Tel.: 234 420 775 | Fax: 234 424 165
aveiro@sprc.pt

Covilhã
R João Alves da Silva, nº 3 - 1.º Dt.º,
6200-118 Covilhã
Tel.: 275 322 387 | Fax: 275 313 018
covilha@sprc.pt

Coimbra
Prç da República, 28 - 1.º,
3001-552 Coimbra
Tel.: 239 851 660 | Fax: 239 851 668
916 144 986 • 966 778 321
934 438 660
coimbra@sprc.pt

Guarda
R Vasco da Gama, 12 - 2.º,
6300-772 Guarda
Tel.: 271 213 801 | Fax: 271 094 077
guarda@sprc.pt

Leiria
Rua dos Mártires, 26 – R/C Drtº
2400-186 Leiria
Tel.: 244 815 702 | Fax: 244 812 126
leiria@sprc.pt

Viseu
Avª Alberto Sampaio, 84 – 3510-027
Tel.: 232 420 320 | Fax: 232 420 329
961 533 210 • 916 147 001 • 938 527 783
viseu@sprc.pt

DELEGAÇÕES

Castelo Branco
R. Pedro Fonseca, 10 - L,
6000-257 Castelo Branco
Tel.: 272 343 224 | Fax: 272 322 077
castelobranco@sprc.pt

Figueira da Foz
R. Calouste Gulbenkian, 72 A - r/c Esq.º,
3080-084 Figueira da Foz
Tel.: 233 425 417 | Fax: 233 425 417
figueiradafoz@sprc.pt

Douro Sul
R. Francisco Laranjo (Barronco),
Bloco A – Loja Esquerda,
5100-117 Lamego
Tel.: 254 613 197 | Fax: 254 619 560
lamego@sprc.pt

Seia
Lg. Marques da Silva, Edif. Camelo,
2.º Esq. Frente
6270-490 Seia
Tel.: 238 315 498 / 238 393 184
Fax: 238 393 185
seia@sprc.pt

Esclarecimento:
Os textos redigidos de acordo com o novo AO 1990, utilizam a nova ortografia por ser essa a opção dos seus autores ou a redacção original.

Assembleia da República decidiu uniformizar calendários escolares

Ana Paula Pires (Coordenadora Regional da Educação Pré-Escolar)

Resolução n.º 9/2017 aprovada em 22 de Dezembro

A recomendação da uniformização do Calendário Escolar da Educação Pré-Escolar com o do Ensino Básico foi aprovada no dia 22 de Dezembro na Assembleia da República, sem votos contra.

O SPRC congratula-se com esta iniciativa que vem reconhecer a necessidade de conciliar os períodos lectivos com os das interrupções, respeitando as características etárias na infância e as necessidades pedagógicas e avaliativas dos /as docentes.

Esta era, aliás, uma exigência do SPRC/FENPROF, que vinha sendo defendida desde o ano de 2002, era então ministro da educação David Justino, hoje presidente do Conselho Nacional de Educação, e à qual todos os governos desde essa altura (incluindo o actual) inexplicavelmente, se opuseram, e que poderá vir a garantir, nos agrupamentos de escolas os mesmos direitos e deveres para todos os docentes, independentemente do nível de educação ou ensino onde leccionam.

Será então que no próximo ano lectivo a Educação Pré-Escolar já vai ter garantida, na publicação do calendário escolar para 2017/18, a coincidência do início das suas actividades lectivas, as interrupções e o termo com os outros sectores de ensino?

Já não pode haver desculpas por parte do ME pois a partir de agora há uma Resolução da Assembleia da República... ■

SUMÁRIO RCI.MARÇO.2017

4. Editorial
SPRC vai a votos. Sócios vão escolher novos órgãos dirigentes
Luís Lobo

6. Actualidade
Precariedade no Estado: o governo quer combater ou legitimar?
João Louceiro

8. Concursos
Regime de concursos: O mais e o menos

10. Concursos
Faltas por doença: Aplicação do artigo 103.º do ECD

30. Ensino Artístico
FENPROF promove Abaixo-Assinado Professores do ensino artístico especializado público têm o direito de vincular

31. Tem a Palavra
Tudo enquadradinho para o aluno do séc.XXI
Vítor Januário

32. Ensino Superior
Precariedade no Ensino Superior e na Investigação

36. Aposentados
8.ª Conferência da Inter-Reformados

38. Igualdade
8 de março, o papel dos professores e professoras no combate às discriminações de género

39. Regalias Sociais

Legislação

Acumulações

Orientação de 9 de Novembro - Explicações dadas por docentes fora dos estabelecimentos de ensino

Alunos

Despacho Normativo n.º 1-A/2017 de 10 de Fevereiro - Aprova o Regulamento das provas de avaliação externa e das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário

Calendário Escolar

Resolução da Assembleia da República n.º 9/2017 de 26 Janeiro - Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar do ensino pré-escolar e do ensino básico

Contagem de tempo de serviço

Nota Informativa s/ nº de 2 de Fevereiro - Certificação do tempo de serviço prestado no ensino particular e cooperativo

Circular nº B17028899H de 22 de Fevereiro - Contagem de tempo de serviço para efeitos de concursos de professores

Diversos

Despacho n.º 15385-A/2016 de 21 de Dezembro - Estabelece as Doenças de Notificação Obrigatória

Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017 de 28 de Fevereiro - Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública

Educação

Despacho n.º 10973/2016 de 9 de Setembro - Cria um Grupo de Acompanhamento, com a missão de acompanhar, monitorizar e avaliar o projecto-piloto de oferta do ensino do Mandarim nas escolas secundárias públicas portuguesas

Despacho n.º 11976/2016 de 7 de Outubro - Criação de Equipa de Projecto dos Contratos de Autonomia das Escolas

Parecer n.º 5/2016 de 18 de Novembro - Parecer sobre a organização da escola e promoção do sucesso escolar

Recomendação n.º 1/2016 de 19 de Dezembro - Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas

Portaria n.º 9/2017 de 5 de Janeiro - Identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2016-2017

Parecer n.º 1/2017 de 16 de Fevereiro - Parecer sobre estudantes com necessidades educativas especiais no Ensino Superior

Ensino Superior

Despacho n.º 12902/2016 de 26 de Outubro - Revisão das percentagens de contratação de pessoal especialmente contratado em regime de tempo parcial a vigorar a partir do ano letivo de 2016-2017

Habilitações

Despacho n.º 1645/2017 de 21 de Fevereiro - Reconhecimento da formação académica dos estudantes e diplomados que frequentaram ou concluíram os ciclos de estudos de mestrado em Educação Pré-Escolar, Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico da Escola Superior de Educação João de Deus, nos anos lectivos 2010/2011, 2011/2012 e 2012/2013

Vencimentos

Portaria n.º 261/2016 de 7 de Outubro - Determina os valores dos coeficientes a utilizar na actualização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de protecção social convergente

Decreto-Lei n.º 65/2016 de 21 de Outubro - Procede à confirmação do entendimento adoptado pelas instituições de ensino superior politécnico quanto ao regime remuneratório dos presidentes e vice-presidentes das escolas superiores politécnicas não integradas e dos pró-presidentes dos institutos politécnicos após a entrada em aplicação da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, bem como à regularização da atribuição de um suplemento remuneratório por despesas de representação aos presidentes dos institutos politécnicos entre Janeiro de 2004 e Dezembro de 2012

Nota Informativa s/nº de 17 de Outubro - Contratos de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo - ano escolar 2016/2017 - Contratos / Aditamentos

Lei nº 42/2016 de 28 de Dezembro - Orçamento do Estado para 2017

Despacho nº 15646/2016 de 29 de Dezembro - Sobretaxa do IRS

Decreto-Lei n.º 86-B/2016 de 29 de Dezembro - Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2017

Nota Informativa nº 1/ IGeFE/DGRH/2017 de 9 de Janeiro - Processamento de Remunerações 2017

Despacho n.º 843-A/2017 de 13 de Janeiro - Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2017

Portaria n.º 62/2017 de 9 de Fevereiro - Portaria que actualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respectivas majorações, e do subsídio de funeral

Portaria n.º 74/2017 de 22 de Fevereiro - Define os procedimentos para as despesas referentes à alimentação em refeitório escolar dedutíveis à colecta do IRS

Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de Março - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017

NOTA:
Toda a informação relativa a legislação publicada com interesse sócio-profissional pode ser consultada em www.sprc.pt, no menu "Legislação". Esta encontra-se dividida em "Legislação recente" e "Legislação por temas" sendo, por isso, de busca muito fácil

Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt

Democracia Sindical

SPRC vai a votos. Sócios vão escolher novos órgãos dirigentes

Está a decorrer o processo eleitoral para os órgãos dirigentes do SPRC, para o triénio 2017/2018. De acordo com o que se encontra estatutariamente definido, realizam-se, este ano, eleições para os órgãos dirigentes do SPRC. De acordo com a decisão da direcção regional, a data marcada é 9 de Maio.

Para o SPRC estes momentos são sempre muito importantes, por diversas razões. Desde logo, havendo eleições e constituição de listas para as seis Direcções Distritais, Direcção Regional, Mesa da Assembleia Geral e Comissão Fiscalizadora e Reguladora de Conflitos, logo se estabelece o debate sobre o que temos e o que queremos, avaliam-se práticas, renovam-se esperanças e o Sindicato regenera-se e renova-se.

O esforço organizativo de um tão importante acto para os professores, educadores e investigadores implica a disponibilização de mais de 300 locais de voto (mesas eleitorais), a actualização de cadernos eleitorais e a escolha de dirigentes, delegados e activistas sindicais em número elevado e conscientes da grande importância do seu envolvimento, para assegurarem o funcionamento das mesas de voto. A presença permanente de responsáveis do SPRC nas escolas durante todo o dia, permite, também, discutir sobre os problemas que se vivem no sistema educativo e na profissão. São sempre importantes momentos de vivência democrática, de acção sindical e de sindicalização de docentes.

Para a concretização deste importante acto eleitoral, podem os associados constituir-se em listas que se candidatam para efeitos de constituição dos corpos dirigentes do SPRC. Para esse efeito, aconselha-se a consulta dos Estatutos do SPRC nos quais poderão ser verificadas as condições em que as listas candidatas se podem constituir. A apresentação das listas tem de ser feita até às 17.00 horas de 19 de Abril (o processo deverá ser acompanhado do programa eleitoral) e a divulgação das listas candidatas e dos seus programas será feita online e através do RCI (órgão de comunicação do SPRC) até 25 de Abril. ■

VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

O voto por correspondência é um voto condicional e só pode ser validado depois de se verificar que o sócio não votou em qualquer outra mesa de voto. O associados que não tenham possibilidade de se deslocar às mesas de voto poderão votar por correspondência. Há vários triénios que o SPRC adoptou esta possibilidade de os sócios manifestarem a sua opinião e com bons resultados, tendo em conta a dimensão da região, as distâncias longas, muitas vezes, entre as escolas e aquela em que se situa a mesa de voto. ■

Mário Nogueira (Coordenador do SPRC)

Tarda o compromisso com os professores

O atual Governo estará a aprontar medidas, algumas de grande significado, que, a cumprir-se o calendário, deverão ter aplicação já no próximo ano letivo.

Conhece-se mal o que está em preparação, porque o diálogo com as organizações representativas dos professores não tem sido grande, mas, tendo em conta o que se vai ouvindo sobre o curso de algumas delas, há preocupações que surgem.

Por exemplo, a chamada descentralização, que parece ter na Educação um dos seus mais importantes pilares, aparentemente, não se afasta muito do processo de municipalização iniciado pelo governo anterior e, ainda que não preveja, por agora, a transferência de competências para as câmaras em relação ao pessoal docente, o certo é que prevê a transferência de outras competências que ninguém melhor do que as escolas conseguirá concretizar. Quanto ao regime de Educação Especial, cujo diploma legal de referência também está em vias de ser alterado, ainda não se compreendeu o sentido da mudança pretendida. E se a nomenclatura sugere um edifício com as cores da inclusão, não é claro, para quem leu o chamado relatório de progresso, que o recheio vá ao encontro das expetativas de quem, olhando de fora, esbarrou nas designadas escolas inclusivas de segunda geração.

E temos ainda as alterações (profundas? superficiais? adiadas?) curriculares que, para quem lê o documento que procura estabelecer um novo perfil de aluno à saída da escolaridade obrigatória, só pecam por tardias, mas quem já ouviu algumas referências à questão, proferidas por quem tem responsabilidades políticas no ME, fica na dúvida sobre se a bota baterá com a perdigota.

Voltando ao documento sobre o perfil do aluno, ele constitui, de facto, uma lufada de ar fresco em relação ao que têm sido as políticas nos últimos anos, rompendo com a visão estreita de escola que tem estado presente e apontando para uma formação de base humanista, indispensável para a construção de uma "sociedade centrada na pessoa e na dignidade humana como fundamentais". Ou seja, uma sociedade democrática com cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos e capazes de, com a sua intervenção, a consolidarem. Contudo, esse desafio exige uma nova organização da escola, sendo-lhe devolvida a matriz democrática que foi eliminada, tardando em perceber-se se esse é objetivo do atual Governo.

> **Não se espere é que os professores cruzem os braços e fiquem à espera, sentados, que as soluções para os seus problemas lhes caiam da 5 de Outubro.**

Admitindo que a intenção é mesmo a de avançar com mudanças positivas e significativas, então, é necessário que o Governo compreenda que o sucesso das suas futuras políticas estará muito dependente da adesão que elas obtiverem por parte de quem, no terreno, as concretizam.

Os professores estão, como sempre estiveram, disponíveis para serem motores de mudança quando esta se revela positiva para a democratização da escola e da sociedade, mas, a esse compromisso que estarão disponíveis para aceitar, deverá corresponder outro compromisso, a assumir pelo Ministério da Educação, em relação aos professores. Um compromisso que, a ser assumido e concretizado, terá consequências muito positivas para a escola e para as aprendizagens dos alunos. Este compromisso deverá assentar em quatro traves mestras que são suporte de um exercício profissional da mais elevada qualidade: estabilidade; condições de trabalho; rejuvenescimento; valorização.

Aos professores portugueses, com exceção para os que fazem da maledicência forma de vida, os dedos que têm sido apontados indicam boas razões, como ainda recentemente aconteceu com o relatório que acompanhou a divulgação dos resultados do PISA, o que significa que estão a cumprir, como é sua obrigação, com os seus deveres. E se assim é, maior legitimidade têm para exigirem respeito por direitos socioprofissionais e condições de trabalho adequadas à exigência da sua atividade.

Combater, com eficácia, a tremenda precariedade que existe no setor; estabelecer horários de trabalho adequados onde haja uma distinção clara entre o que é letivo e não letivo; aprovar um regime excecional de aposentação que tenha em conta o desgaste a que os profissionais estão sujeitos e proporcione a indispensável renovação geracional do corpo docente; descongelar as carreiras profissionais e resolver os problemas provocados por sucessivas distorções introduzidas na sua aplicação – estas são medidas que urgem, pelas quais os professores pugnam, em relação às quais exigem um compromisso por parte do ME e pelas quais se baterão, podendo, se tal for necessário, voltar a adotar as formas de luta que, no passado, produziram resultados. Não se espere é que os professores cruzem os braços e fiquem à espera, sentados, que as soluções para os seus problemas lhes caiam da 5 de Outubro. ■

João Louceiro (Coordenação do SPRC)

Precariedade no Estado: o governo quer combater ou legitimar?

A luta é o caminho!

Não, colegas. Não bastam declarações. Não chegam promessas. A precariedade não se resolverá se, sobre quem governa, não houver a pressão da luta.

É esta que gera condições para que se concretize o que exigimos, no caso, para atacar verdadeiramente a precariedade laboral. Não nos contentamos com remendos; exigimos o fim dos abusos.

Das posições conjuntas que viabilizaram a formação do governo do PS consta a expressão "combate decidido à precariedade". O governo declarou uma prioridade política e ostenta-a no seu programa: combater a precariedade. Os orçamentos do Estado prometem uma estratégia de luta iniciada com a elaboração de um relatório que revela que mais de dois terços da precariedade no Estado são transitoriedade e incerteza nas vidas de docentes e de investigadores.

A estratégia começou, pois, com o relato das precariedades nas diferentes áreas da governação. Mas começou mal. O grupo de trabalho constituído para o efeito produziu um relatório que não disfarça a conivência com abusos que se acumularam. São abusos que desrespeitam a Constituição, que ignoram princípios inscritos na nossa legislação e que continuam a fintar obrigações que decorrem do direito comunitário; são abusos que promovem a satisfação de necessidades permanentes de postos de trabalho com vínculos laborais precários; são abusos que continuam a submeter dezenas de milhar de trabalhadores a regimes intensificados de exploração e, eles e suas famílias, a intoleráveis incertezas quanto ao futuro.

A conivência revela-se na ginástica justificativa das manchas de precariedade laboral no Estado, até quando elas são mais descaradas. Para todos os abusos invoca-se uma especificidade, um procedimento particular, qualquer desculpa para instalar a ideia de que, afinal de contas, naquela situação até se justifica e nem podia ser de outra maneira. É tentar legitimar o que é, desde logo, socialmente intolerável: o recurso abusivo à precariedade laboral...

E confirma-se que a tarefa nem sequer visava a contratação a termo, embora, fica o reconhecimento, o grupo de trabalho tenha percebido que não podia produzir um relatório deixando-a de fora: seria demais. Como é que um governo que diz querer desenvolver um combate decidido à precariedade laboral que dele depende, pode pensar excluir da estratégia a sua modalidade mais numerosa?! Como é possível declarar o combate à precariedade como prioridade na acção governativa e tentar deixar de fora milhares de docentes contratados a termo?!

Já se vê: se o governo quer esquecer, a luta vai ter de lembrar.

A opção do governo por fazer de conta que a contratação a termo não é verdadeira precariedade laboral, ou que, no que respeita aos professores e educadores, até já está resolvida com as curtas medidas tomadas pelo ME no âmbito da revisão da legislação dos concursos, tem já seguimento e confirmação. A Resolução do Conselho de Ministros que inicia um "programa de regularização extraordinária dos vínculos precários" faz a pirueta: exclui os postos de trabalho que abrangem "carreiras com regime especial"… Homessa! Será que eles não são precariedade ou, sendo-o, nestes casos ela não é grave?

O Estado português continua em impante incumprimento, essa é que é a verdade. O governo é responsável por isso mas o presidente da República, ao promulgar um novo decreto de concursos que não corrige o incumprimento, fica também implicado nele. E não venha, como fez, instigar a opinião pública contra a justa, necessária e tardia resolução do problema do abuso na contratação a termo de docentes, como se percebe da nota de promulgação, onde insinua que alguém estaria a exigir a vinculação de todos, sem tento nem critério… Nem invocar razões orçamentais, como se elas absolvessem os abusos do Estado, o que seria um precedente perigosíssimo para a democracia e o Estado de Direito.

As propostas da FENPROF, totalmente assumidas pelo SPRC, são conhecidas. Quem quer tem fácil acesso a elas. Mas quem legisla não é a FENPROF, nem o SPRC. E não bastam palavras e argumentos: é preciso que, principalmente, os implicados lutem para pressionar quem legisla, dando visibilidade à sua situação, ao que defendem, dando força às suas exigências. A luta é o caminho! Ou percebemos isto ou as políticas nunca mudarão o suficiente. ■

Cartoon cedido pelo SPM

FENPROF questiona grupos parlamentares

O reconhecido desgaste e envelhecimento do corpo docente das escolas terá de ser combatido

O acentuado desgaste, físico e psicológico, a que estão sujeitos os docentes é um problema reconhecido por toda a sociedade. Inúmeros estudos confirmam esta situação que tem como consequência um cada vez mais elevado número de casos de stress e burnout que, segundo estudos realizados, atingem já mais de 1/3 do corpo docente das escolas.

Para este desgaste contribuem diversos factores, designadamente:

• A degradação das condições de trabalho nas escolas;

• O agravamento dos seus horários de trabalho; a não definição do que são actividades lectivas e não lectivas;

• O excessivo número de alunos por turma e a sua diversidade;

• A notória falta de apoios adequados à plena integração dos alunos com necessidades educativas especiais, num momento em que o desafio já deveria ser o da inclusão;

• As situações de precariedade que se prolongam durante muitos anos;

• O muito visível e reconhecido envelhecimento do corpo docente das escolas;

• O aproveitamento das reduções por antiguidade (e desgaste) dos docentes para, ocupando-as ilegitimamente, reduzir o número de professores nas escolas…

Porém, não basta reconhecer os problemas e elogiar os professores pelo esforço que fazem, exigem-se políticas e medidas que alterem esta situação tão negativa. Uma situação que tem óbvias implicações na organização e funcionamento das escolas, nas suas dinâmicas internas e na capacidade de resposta a novos problemas com que estas se confrontam.

E foi com o objectivo de encontrar soluções para este problema por todos reconhecido, que a FENPROF se dirigiu, hoje mesmo, aos grupos parlamentares a quem colocou várias questões, tais como se consideram que a criação de um regime especial de aposentação para os professores seria uma boa medida para combater o envelhecimento do corpo docente das escolas ou, ainda, que outras medidas poderiam ser aprovadas para atenuar os problemas que resultam do envelhecimento do corpo docente das escolas.

As respostas que forem recebidas serão divulgadas junto dos professores, no âmbito da campanha que em breve se iniciará em defesa de melhores condições de trabalho nas escolas e da aprovação de um regime especial de aposentação que tenha em conta o desgaste e envelhecimento do corpo docente das escolas e contribua para o seu indispensável e inadiável rejuvenescimento. ■

FENPROF recolhe postais por um novo regime de aposentação em todo o país

A FENPROF vai propor aos professores o preenchimento e assinatura de um postal para posterior entrega, no qual se pretende que indiquem idade e tempo de serviço actual e aqueles que, a manter-se o actual regime de aposentação, terão quando puderem aposentar-se sem perda de remuneração. No texto pode ler-se, ainda que "Mais, defendo a abertura urgente de negociações como forma de ultrapassar uma situação que é inadmissível e constitui um claro prejuízo para os docentes e para o sistema educativo."

Esta será uma de várias acções de luta a desenvolver por um regime de aposentação justo e que confira dignidade aos docentes no final das suas carreiras, reivindicação esta que se juntará, assim, à exigência de descongelamento da carreira e contagem do tempo de serviço, à de melhores condições de trabalho (horários e número de alunos por turma e de níveis por professor), contra a precariedade e pela gestão democrática. Uma acção globalizada e que tem de ter uma resposta positiva dos professores na concretização das várias iniciativas que virão a ser agendadas. ■

Regime de concursos: O mais e o menos

FENPROF não desiste de lutar por um regime mais justo e transparente

APRECIAÇÃO GERAL

Do processo de revisão do regime legal de concursos resultou um diploma que, embora corrigindo alguns dos aspetos negativos do anterior (por exemplo, confirmando a eliminação das BCE) e evitando disposições que o ME propunha que, a concretizarem-se, agravariam a situação anterior (por exemplo, fazendo aumentar o número de docentes em "horário-zero"), continua a conter normas que, para a FENPROF, são muito negativas, daí não ter merecido o seu acordo. São disso exemplo a designada "norma-travão", a colocação dos docentes dos quadros em prioridades distintas nos concursos interno e de mobilidade interna ou, ainda, a integração de docentes provenientes do setor público e do privado na mesma prioridade dos concursos externo e de contratação.

Acresce que, no processo negocial desenvolvido, o ME desrespeitou as mais elementares normas da negociação coletiva, ao não fornecer dados rigorosos solicitados pela FENPROF e ao alterar, após negociação, aspetos que aí tinham merecido consenso.

Aspetos positivos, que melhoram o anterior diploma correspondendo, maioritariamente, a propostas apresentadas pela FENPROF

Consolidação da extinção das BCE (que chegou a estar ameaçada), garantindo-se que o preenchimento das necessidades de todas as escolas públicas do continente se faz através de concurso nacional;

Eliminação da interferência da avaliação do desempenho no cálculo da graduação profissional dos docentes candidatos aos concursos externo e de contratação inicial/reserva de recrutamento, que penalizava docentes não avaliados por motivos que lhes não eram imputáveis;

Passagem de transitória a definitiva da disposição legal que permite a consolidação de mobilidades de docentes portadores de determinadas deficiências, o que viabiliza a sua aplicação anual;

Remoção da obrigatoriedade de indicação de números mínimos de códigos de agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas e concelhos na manifestação de preferências para efeitos de contratação;

Alargamento da possibilidade de retorno à reserva de recrutamento por motivo de cessação de contratos temporários aos docentes colocados através de contratação de escola;

Encurtamento, de 5 para 4 anos, do período de ligação contratual exigido para garantir a vinculação ("norma-travão");

Consideração para efeito de graduação nos concursos dos períodos de tempo de serviço, ilegalmente descontados, correspondentes a faltas por doença para além de 30 dias;

Garantia de abertura de vagas de QA/QE para o concurso interno nas escolas/agrupamentos em que se tenha verificado, ao longo de 4 anos, o preenchimento de horários completos em número superior à respetiva dotação do quadro.

Normas negativas colocadas pelo me em negociação que foram corrigidas/abandonadas, tal como proposto pela FENPROF

Normas que agravariam a instabilidade dos docentes com "horário-zero", designadamente as seguintes:

Alargamento, de 6 para 8 horas, da dimensão mínima do horário letivo para garantir a não consideração da condição de "horário-zero";

Impedimento destes docentes se candidatarem a um segundo grupo para que tenham habilitação profissional;

Eliminação do direito de retorno à escola de origem da qual tenham sido compulsivamente afastados, nos casos em que nela volte a haver disponibilidade de horário;

Fim da plurianualidade das colocações obtidas em reserva de recrutamento.

Discriminação dos docentes providos nos quadros das regiões autónomas, colocando-os em prioridades seguintes às atribuídas aos providos nos quadros do continente; ME acabou por reconhecer reciprocidade no tratamento a dar aos candidatos provenientes das regiões autónomas;

Agravamento do requisito de tempo de serviço prestado nas escolas públicas exigido para a inclusão na 2.ª prioridade dos concursos externo e de contratação. O ME começou por exigir que esse requisito correspondesse a 730 dias prestados nos anteriores 5 anos e acabou por fixá-lo nos termos que até aqui já vigoravam – 365 dias prestados nos últimos 6 anos.

Limitação de candidaturas a dois grupos de recrutamento para efeito de concursos externo e de contratação; ME acabou por recuar, fixando essa limitação em 4 grupos.

Redução do conceito de horário anual aos preenchidos através de contratação inicial; ME acabou por admitir a inclusão neste conceito dos horários preenchidos através de Reserva de Recrutamento ocorrida até ao último dia legalmente fixado para o início das aulas.

Principais aspetos negativos, de que a fenprof discorda e contra os quais continuará a lutar, procurando a sua alteração

Inclusão dos docentes dos quadros em prioridades distintas nos concursos interno e de mobilidade interna, em fun-

No Estado, a profissão docente é, de longe, aquela em que os números da precariedade são mais elevados. Contratados a termo pelo ME são mais de 20 mil professores e educadores, muitos com longos anos de serviço e ainda sem perspetivas de estabilidade de emprego.

ção da natureza do quadro em que se encontram providos (QA/QE ou QZP), violando-se o critério de ordenação da graduação profissional, que deveria prevalecer na atribuição de colocações.

Condições a partir das quais se torna legalmente obrigatória a vinculação ("norma-travão"), as quais, apesar do encurtamento, de 5 para 4 anos, do período de ligação contratual sucessiva exigido, continuam a incluir um conjunto inaceitável de outros requisitos de verificação cumulativa (horários anuais, completos, sucessivos, no mesmo grupo de recrutamento e prestados integralmente com habilitação profissional) que mais não visam do que excluir um elevado número de docentes, que assim se manterão em situação de abuso no recurso à contratação a termo. Igualmente grave é a exclusão desta norma de vinculação a que são remetidos diversos universos de docentes, designadamente os de técnicas especiais e os do ensino artístico especializado.

Inclusão na 2.ª prioridade dos concursos externo e de contratação de docentes cuja entidade empregadora não é o ME.

Não anualidade de abertura de todas as modalidades de concurso.

Impossibilidade de o ingresso nos quadros se fazer para QA/QE.

Manutenção da figura de renovação de contratos.

Vinculação extraordinária de docentes contratados

ME promoverá um concurso externo extraordinário com pouco mais do que 3 mil vagas de QZP, as quais serão preenchidas pelos docentes mais graduados de entre os que tenham prestado, até 31 de agosto de 2016, um mínimo de 12 anos de serviço docente e que tenham celebrado contratos com o ME em, pelo menos, 5 dos últimos 6 anos letivos (incluindo o de 2016-2017).

A FENPROF, perante a insuficiência deste processo para a eliminação da enorme mancha de precariedade docente, que afeta mais de 20 mil docentes, propõe a ocorrência de novos momentos de vinculação extraordinária, a concretizar nos próximos 2 anos, que determinem a vinculação dos docentes que tenham, pelo menos, em 2019, 5 anos de serviço prestado na escola pública, independentemente do grupo de recrutamento.

Volvidos estes dois anos, deverá consolidar-se um mecanismo de vinculação dinâmica (de aplicação anual) que assegure o ingresso dos docentes ao fim de 3 anos de serviço (1095 dias) prestados para o ME de forma sucessiva em horário completo (considerando-se sucessivos também os contratos com interrupções entre si não superiores a 1/3 do período de ligação contratual imediatamente anterior e completos os horários com 20 ou mais horas), independentemente da modalidade de recrutamento de que tenham resultado as colocações (contratação inicial, reserva de recrutamento ou contratação de escola) ou de terem sido ou não integralmente prestados no mesmo grupo de recrutamento e/ou com habilitação profissional.

A FENPROF defende, também, a concretização, ainda este ano, de um processo de vinculação extraordinária dos docentes do Ensino Artístico Especializado e de Técnicas Especiais, bem como a adoção de soluções que garantam a estabilidade profissional de outros universos de docentes contratados, designadamente os que vêm assegurando as AEC e o funcionamento dos cursos no IEFP.

Metade da precariedade no estado abate-se sobre os/as professores/as e educadores/as

A "estratégia de combate à precariedade" não se cumprirá sem luta!

No Estado, a profissão docente é, de longe, aquela em que os números da precariedade são mais elevados. Contratados a termo pelo ME são mais de 20 mil professores e educadores, muitos com longos anos de serviço e ainda sem perspetivas de estabilidade de emprego.

No seu programa, o Governo elegeu o combate à precariedade como uma prioridade. Desenganem-se os que pensarem que, sendo assim, está dispensada a necessidade da luta para acabar com os abusos e a discriminação dos contratados a termo, sendo que milhares de docentes continuam a trabalhar desta forma para responder a necessidades permanentes das escolas e do sistema.

A luta vai ser necessária!

• As medidas de vinculação adotadas pelo ME na revisão dos concursos são manifestamente insuficientes, não podendo ser outra coisa que não um mero ponto prévio à cabal resolução da chaga da precariedade na profissão.

• O combate à precariedade declarado pelo Governo não incluía, à partida, a contratação a termo, intenção que importa contrariar, até porque essa é a modalidade mais numerosa da precariedade na administração pública, a exigir medidas mais fortes e audaciosas.

• O relatório sobre a precariedade no Estado, apresentado por um grupo de trabalho constituído pelo Governo para o efeito, confirma dados impressionantes que resultam dos continuados abusos no recurso à precariedade, mas, em indisfarçável medida, dedica-se a legitimá-la, tentando justificar o injustificável.

• O anúncio de que o programa de regularização excecional de vínculos precários deixa de fora as carreiras especiais vinca, também, a necessidade da luta: de acordo com as propostas da FENPROF e seguindo procedimentos específicos da carreira docente, terão de ser abertos novos momentos de vinculação que permitam resolver os abusos e terá de ser corrigida a norma para a vinculação ordinária para que eles não se voltem a instalar. Sem a luta, o problema da precariedade na profissão quedará sem solução, continuando a atingir milhares de professores e suas famílias e desvalorizando a condição profissional docente. | SN FENPROF ■

O que há para fazer

Não desistindo do regime de concursos que defende, a FENPROF já está a fazer o que, institucionalmente, lhe compete, no sentido de denunciar e combater os aspetos mais negativos dos diplomas recentemente aprovados em Conselho de Ministros:

Reunindo na Presidência da República,

Dirigindo-se aos grupos parlamentares para que requeiram Apreciação Parlamentar do referido diploma de concursos,

Solicitando reunião com o Sr. Provedor de Justiça,

Solicitando reuniões a instâncias europeias às quais exporá a ineficácia da "norma-travão", como instrumento de transposição da Diretiva 1999/70/CE.

A FENPROF não coloca de parte, também, o recurso aos tribunais.

Mas o que será fundamental para a mudança que se pretende, nesta como em todas as matérias, é o envolvimento dos professores na ação e na luta que terá de ser desenvolvida por todos, em defesa de um regime de concursos mais justo, transparente e objetivo.

Faltas por doença

Aplicação do artigo 103.º do ECD

A persistência da FENPROF junto do ME permitiu, finalmente, corrigir a aplicação da norma, repondo justiça e legalidade na contagem do tempo de serviço, já no próximo concurso.

Há anos que a FENPROF vem chamando a atenção dos responsáveis do ME para a necessidade de o Artigo 103.º do ECD, sobre faltas por doença, ser aplicado correctamente. A administração educativa, por norma, tem aplicado erradamente o que nele se dispõe, com prejuízos graves para professores que, por terem estado doentes, em sede de concurso viram descontado tempo de serviço, indevidamente, descendo muitos lugares na lista graduada. Está, finalmente, reposta a legalidade.

Ora, em situações em que diplomas específicos, como o ECD, dispõem de forma diferente da lei geral, a lei específica impõe-se e esta, pelo que se encontra estatuído, impede perdas de tempo de serviço por motivo de doença.

A FENPROF denunciou esta ilegalidade e nunca desistiu de lutar, pressionando o governo anterior, pela aplicação correcta da norma, mas aquele, em mais uma das inúmeras manifestações de desrespeito pelos professores, entendeu penalizar os professores, mesmo sabendo que o fazia ilegalmente.

Por iniciativa da FENPROF, esta questão foi reposta no âmbito do processo negocial do regime de concursos, dada a sua pertinência nesse contexto, sendo uma das matérias em que foi possível chegar a acordo com o ME. Está aí, finalmente, a circular que vem repor a legalidade para o futuro. Assim, o facto de o tempo de serviço, ilegalmente reduzido, ter consolidado em relação a concursos anteriores, não se traduz num erro para sempre, devendo, no concurso a realizar este ano (2017), professores e escolas proceder de forma a corrigir esse mesmo erro, sendo contabilizado o tempo indevidamente retirado aos professores por incorrecta aplicação do Artigo 103.º do ECD (*).

De novo se confirma que vale a pena lutar pelo que é justo e correcto, sem nunca desistir, sendo certo, como os professores bem sabem, que, nesse sentido, contam sempre com a sua principal organização sindical, a FENPROF. A regularização de mais esta situação vem também confirmar que as mudanças verificadas na Educação abriram portas à resolução de problemas o que, como tem sido notório, não é do agrado, sobretudo, do PSD. Porém, sendo ainda muitos os problemas que persistem, o tempo terá de ser de luta, sendo essa que alimenta a esperança de uma mudança realmente profunda. ■

(*) **Artigo 103.º**
Prestação efectiva de serviço

Para efeitos de aplicação do disposto no presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

a) Assistência a filhos menores;
b) Doença;
c) Doença prolongada;
d) Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo n.º 1 do artigo 101.º ;
e) Licença sabática e equiparação a bolseiro;
f) Dispensas para formação nos termos do artigo 109.º;
g) Exercício do direito à greve;
h) Prestação de provas de concurso

Gestão democrática das escolas

Respostas a inquérito reforçam posições da FENPROF

A gestão democrática esteve sempre na agenda reivindicativa da FENPROF, porque as questões relativas à direcção e gestão dos estabelecimentos de ensino são da maior relevância para a vida das escolas – pela dimensão política que assumem e pela forma como influenciam as relações de trabalho e o próprio clima de escola.

O modo de vida democrático aprende-se com experiências democráticas e a escola – onde as crianças e jovens passam cada vez mais anos das suas vidas – é o principal espaço de realização dessa aprendizagem. A democratização do governo das escolas deve, por isso, ser defendida não apenas pelo seu valor intrínseco, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

Para a FENPROF, o regime de administração escolar em vigor representa um retrocesso no funcionamento democrático da escola pública. Retrocesso consubstanciado, entre outros aspectos, na concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, no abandono de práticas democráticas colegiais, no quase desaparecimento de processos eleitorais e na limitação da participação dos professores nas decisões pedagógicas e de política educativa, constituindo hoje um factor que contribui para a erosão da vida democrática das escolas e para o desgaste pessoal e profissional dos professores.

É neste contexto que a FENPROF considera ser urgente rever o actual regime de autonomia e gestão das escolas, aprofundando dinâmicas participativas que reforcem a democraticidade na organização escolar e estabelecendo uma matriz que concilie grandes linhas de força para a organização escolar com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas.

A concretização deste objectivo passa, em primeiro lugar, pela criação, em todas as escolas, de um forte movimento em torno desta questão. No âmbito da Campanha **"Mais democracia para as escolas"**, a FENPROF realizou, de 30 de Janeiro a 3 de Fevereiro, uma Semana de Consulta aos Professores, através de um inquérito destinado, por um lado, a promover a participação dos professores neste processo e, por outro, a auscultar a sua opinião sobre aspectos centrais do actual regime de gestão, assim como sobre as propostas que a FENPROF tem vindo a defender nesta área.

Este inquérito teve a participação activa de quase 25.000 professores, mais exactamente 24.575, de norte a sul do país. Preenchido em papel, foi depois recolhido e assinado por um professor dinamizador do processo em cada uma das escolas onde foi preenchido.

As respostas ao inquérito não deixam dúvidas quanto ao grau de identificação dos professores com os princípios que enformam as propostas da FENPROF para a direcção e gestão democráticas das escolas: a elegibilidade dos órgãos, a colegialidade do seu funcionamento e a participação da comunidade escolar na tomada de decisões.

Alguns exemplos: 22.667 professores, 92% dos que responderam ao inquérito defendem que "o órgão de gestão deve ser colegial (equipa eleita por lista)" e 22.693 que deve ser eleito "por todos os professores/educadores, funcionários e representantes dos encarregados de educação e alunos". Estas respostas representam uma clara rejeição do modelo actual, que consagra um órgão de gestão unipessoal (director que escolhe o subdirector e os seus adjuntos), selecionado por um Conselho Geral com um máximo de 21 elementos.

A eleição como opção política e legislativa é reafirmada também no que diz respeito à escolha dos coordenadores das estruturas pedagógicas intermédias (coordenadores de departamento e dos directores de turma), sendo defendida por 94% e por 87% dos inquiridos respectivamente.

Para além disso, é igualmente expressiva a recusa da municipalização da educação como opção de descentralização da administração educativa (apenas 3% defende a transferência de mais competências para as Câmaras Municipais) – questão que assume hoje também grande importância e actualidade.

Quanto aos mega-agrupamentos, 83% considera-os "unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica", o que vem ao encontro da exigência da FENPROF de reversão desta opção de reorganização da rede.

Em síntese, os resultados do inquérito mostram uma grande convergência entre as posições dos professores e as propostas da Fenprof neste âmbito. Segue-se agora uma discussão escola a escola sobre estes resultados, as propostas da FENPROF e acções a desenvolver visando a alteração do actual regime de autonomia e gestão das

escolas. Para além da discussão com os professores, a FENPROF pretende também apresentar os resultados do inquérito e as suas propostas a outros representantes da comunidade educativa. O primeiro destes espaços de discussão foi com directores de escola/agrupamento, tendo-se constatado uma proximidade de pontos de vista relativamente a muitas das questões tratadas. Seguir-se-ão reuniões com representantes do movimento associativo de pais e de alunos, dos sindicatos representativos do pessoal não docente e ainda, uma reunião com a ANMP. A todos, a FENPROF proporá uma reflexão sobre o actual regime de autonomia e gestão das escolas e sobre as propostas dos professores para a sua revisão, processo que esperamos seja iniciado a breve prazo. ■

ÚLTIMA HORA

Em defesa das suas carreiras, professores voltarão à luta!

São muito preocupantes as notícias vindas a público sobre o futuro das carreiras na Administração Pública, pelo que, a não corresponderem à verdade, exigiriam do Governo um inequívoco desmentido.

Admitindo, porém, que o objetivo desta aparente fuga de informação seja baixar as expetativas dos trabalhadores da Administração Pública, é bom esclarecer que as dos professores estão elevadíssimas, depois de anos a fio de grandes penalizações decorrentes das medidas que governos do PS e do PSD/CDS impuseram sem qualquer negociação, a saber:

- Congelamento das carreiras entre agosto de 2005 e dezembro de 2007 e, ininterruptamente, a partir de 2011.

Em relação aos ensinos básico, secundário e educação pré-escolar:

- Aumento do tempo de permanência nos escalões, de que resultou um aumento global da duração da carreira em mais de 12 anos;
- Impedimento de acesso ao topo da carreira, pelo que o seu 10.º escalão se mantém vazio de professores;
- Impossibilidade de atingir o topo da carreira pela esmagadora maioria dos docentes, caso não seja recuperado o tempo perdido;
- Impedimento de reposicionamento adequado dos docentes que, nos últimos anos, ingressaram nos quadros, sendo estes mantidos, de forma ilegal, no escalão em que já se encontravam enquanto contratados;
- Posicionamento indevido e ilegal de milhares de professores que, por não ter sido publicada a portaria que estabelece o número de vagas para acesso aos 5.º e 7.º escalões, são mantidos em escalão abaixo daquele que deveriam integrar;

Em relação ao ensino superior:

As penalizações são igualmente fortes, pois, para além do congelamento, na larga maioria das escolas e instituições não foi aplicada a lei quanto às subidas de escalão (alterações de posicionamento remuneratório) com incidência no período entre 2008 e 2011, referentes às avaliações do desempenho dos anos de 2004 a 2009.

Acrescem a estes problemas de carreira outros que têm levado a que as remunerações dos professores tenham sofrido fortes reduções no seu valor nominal e, ainda maiores, no real. São disso exemplo, a não atualização salarial desde 2009, os cortes que vigoraram entre 2011 e 2016 e a enorme carga fiscal que continua a afetar o montante líquido salarial, hoje inferior ao de 2010.

As notícias vindas agora a público, sem surpreender, estão a provocar nos professores, não só uma grande preocupação, como uma fortíssima indignação. É absolutamente inaceitável a intenção de mudar as regras da progressão, quiçá a própria estrutura das carreiras, com vista a provocar uma ainda maior desvalorização, quando o que deveria acontecer era, simplesmente, o seu descongelamento, sendo esse o compromisso assumido pelo atual Governo do PS.

Na reunião que deverá realizar-se em data próxima com o Ministro da Educação, a FENPROF colocará esta questão, mas exige, desde já, o cabal esclarecimento desta situação. Na referida reunião a FENPROF proporá a assunção, pelo ME, de um compromisso em torno das carreiras, com três pontos principais:

- Resolução imediata de todas as situações ilegais que se arrastam há anos;
- Descongelamento das carreiras, no quadro da atual estrutura consagrada no ECD;
- Negociação de um processo faseado de recuperação do tempo de serviço desde 2005.

Compromisso semelhante será proposto pela FENPROF ao Ministro Manuel Heitor.

Para os professores, a luta por uma carreira própria foi longa e dura, tendo sido iniciada ainda antes de 1974 e prolongado até 1989, ano em que foi aprovada a sua primeira estrutura autónoma.

A atual estrutura da carreira dos educadores de infância e dos docentes dos ensinos básico e secundário teve a sua última alteração em 2010 (DL 75/2010, de 23 de julho), com a extinção da sua divisão em duas categorias (professor e professor titular) e desbloqueadas as progressões. Daí para cá, com exceção para 2010, sucederam-se anos de congelamento. Assim sendo, as carreiras dos professores não estão desatualizadas, precisam é de ser respeitadas e efetivadas. Como tal, os professores nunca aceitarão o seu desmantelamento.

As lutas dos professores em defesa das suas carreiras profissionais foram as maiores de todas, com grande visibilidade em 1989, ano em que realizaram 13 dias de greve, e 2008 quando se realizaram duas extraordinárias manifestações em que participaram mais de 100.000 professores.

Em defesa das suas carreiras profissionais, os professores não hesitarão em voltar à luta, contando, para a organizar, com a FENPROF, que, como sempre, por este objetivo, estará disponível para, em unidade, desenvolver uma grande luta. | O Secretariado Nacional ■

Relatório de Actividades 2016

O ano de 2016 ficou marcado pela interrupção das políticas do governo do PSD/CDS e pela reversão de várias das medidas que tinham sido tomadas.

Importa recordar que após as eleições legislativas de Outubro de 2015 ainda chegou a tomar posse um governo do PSD e do CDS e que o seu programa apontava para a continuação das políticas de cortes nos rendimentos e ataque a direitos dos trabalhadores. Esse governo durou apenas alguns dias e em 2016 Portugal já tinha um outro governo.

Durante o ano de 2016, terminaram os cortes salariais que vigoravam desde Janeiro de 2011, iniciou-se o fim progressivo da sobretaxa extraordinária de IRS, foram repostos feriados, acabou a PAC, as colocações de docentes realizaram-se sem as famigeradas BCE, os manuais escolares do 1º ano do 1º CEB foram distribuídos gratuitamente aos alunos, acabou o chamado exame Cambridge, terminou a mobilidade especial, os exames para os alunos do 4º e 6º ano foram eliminados e foi significativamente reduzido o número de turmas de colégios privados financiadas pelo Orçamento de Estado. Em relação a este último aspecto, não pode deixar de ser relevada a forte luta desenvolvida, organizada e promovida pela FENPROF e pelos seus Sindicatos, com outras organizações e personalidades da vida pública ou por sua única iniciativa, contra a manutenção da acção despesista do Estado com os estabelecimentos de ensino privado com fins lucrativos que, em alguns casos, foram constituídos apenas para sorver do Orçamento do Estado elevadas verbas, sem que sucessivos governos cumprissem efectivamente a lei e fiscalizassem devidamente de que forma os dinheiros públicos eram utilizados. **A Marcha em Defesa da Escola Pública de Maio de 2016 constituiu uma enorme resposta da sociedade portuguesa às intenções de operadores privados** de reverterem aquela que tinha sido a decisão política do Ministério da Educação. A acompanhar esta Marcha, cerca de 50.000 portugueses peticionaram junto da Assembleia da República o fim do saque que vinha sendo, desde a década de 80 do século passado realizado impunemente.

Os resultados obtidos só foram possíveis com a luta desenvolvida pelos trabalhadores durante o governo PSD/CDS. Voltou a ficar claro que vale sempre a pena lutar e que, mesmo em tempos difíceis, nada está perdido para sempre. O tempo presente confirma que a acção sindical persistente, unitária e de massas é o caminho para alcançar resultados. Este tipo de acção e intervenção que o SPRC segue é também um importante instrumento para uma transformação social e política que conduza a uma sociedade mais justa e solidária.

Foi da conjugação de esforços de todo o movimento sindical unitário, particularmente da CGTP-IN, em que se integra o SPRC, e da Frente Comum (Administração Pública), que 2016 foi capaz de reverter importantes conquistas e direitos que o Governo PSD/CDS-PP tinha retirado aos trabalhadores em geral e aos deste sector, em particular.

Trata-se de importantes decisões do governo e da Assembleia da República que, no entanto, não fizeram os professores abandonar ou sequer esquecer reivindicações há muito formuladas: condições de aposentação ajustadas ao desgaste da profissão, derrotar definitivamente a municipalização, democratizar a gestão dos agrupamentos e escolas, acabar com a degradação do 1º CEB, descongelar as carreiras, mudar as regras de concurso e vinculação, instituir horários adequados ao exercício da profissão docente.

E, foi também em torno destas matérias, que se desenvolveu a actividade sindical no ano de 2016. Merecem particular destaque a entrega e debate na AR de uma petição em defesa de alterações significativas nas regras de aposentação e o início da campanha em defesa da gestão democrática das escolas e agrupamentos. ■

Factos e temas que marcaram a actividade do SPRC em 2016

Nas próximas páginas procura-se fazer um relatório tão fiel e pormenorizado quanto possível da actividade do SPRC no ano de 2016. Um ano em que, contraditoriamente, a direita mais reaccionária ousou acusar a FENPROF, os seus Sindicatos e o Secretário-Geral e Coordenador do SPRC de andarem afastados da luta reivindicativa, da acção sindical. Para isso, usaram o seu tempo de antena permanente nos órgãos de comunicação social, cujos, organizadamente ou não, estiveram afastados das iniciativas que a FENPROF e o SPRC realizaram, ou, tendo estado e acompanhado, deixaram nos arquivos ou na "gaveta" dos editores a sua divulgação. Porque a FENPROF e o SPRC pela sua dimensão e influência não podem ser ignorados, parecem começar, agora, timidamente, a acordar para uma realidade que é iniludível e que faz destas organizações A FORÇA DE ESTARMOS UNIDOS! Unidos pelos professores, educadores e investigadores e pela Escola Pública. Unidos pelo papel inalienável do Estado nas satisfação com qualidade e de forma inclusiva das necessidades básicas da população portuguesa.

Janeiro – Mantém-se a Greve Nacional dos docentes das escolas de ensino artístico especializado. Mantêm-se casos de sufoco orçamental por falta financiamento

Janeiro – Importantes exigências da FENPROF foram garantidas – governo pôs fim às provas finais de avaliação do 1.º e do 2.º ciclo do ensino básico e a sua substituição por provas de aferição e ao exame de Inglês PET

Janeiro – Provedoria de Justiça considera que exigência da FENPROF é justa e legal – os docentes que ingressam em quadro por concurso externo devem ser integrados no escalão que lhes é devido de acordo com o seu tempo de serviço

6 de Janeiro – Reunião da FENPROF com o MCTES, na qual a FENPROF apresentou um documento reivindicativo (necessidade de alargamento do período transitório para obtenção, pelos docentes, de doutoramento ou título de especialista; aplicação aos docentes do ensino superior e investigadores da directiva comunitária sobre vinculação e remunerações; anulação dos efeitos negativos da avaliação feita pela FCT aos centros de ciência).

6 de Janeiro - Plenário de Sindicatos da União de Sindicatos de Aveiro, sede na Casa Sindical.

7 de Janeiro - Reunião com a Direcção do Agrupamento de Valongo do Vouga e com a Direcção do Agrupamento de Oliveira do Bairro sobre o impacto da municipalização.

7 de Janeiro – Participação na reunião entre a Associação de Empresários e a USCB, em Castelo Branco, sobre a luta contra as Portagens na A23.

11 e 12 de Janeiro – Reunião com Educadoras de Infância da Segurança Social na Covilhã e em Castelo Branco para debater a necessidade premente do fim da requalificação.

9 a 30 de Janeiro - Participação na Exposição do MDM "As Mulheres contribuem para o desenvolvimento do País"

12 de Janeiro - Acção sindical intersectorial no quadro da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria – Zona Industrial de Caldas da Rainha (empresas: FRIGOSO, MOLDE, SCHAFFLER, PROMOL, MAT CERÂMICA e VALUM CERAMIC).

13 de Janeiro - Participação na apresentação do Projecto ClimAdaPT. Local e no Workshop de debate sobre a adaptação do Município de Leiria às Alterações Climáticas

14 de Janeiro – Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, em Lisboa, aprovou resolução sobre a acção reivindicativa exigente do cumprimento dos compromissos pré-eleitorais e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Plenário aprovou, ainda, posição sobre as Presidenciais 2016.

18 de Janeiro – fim da greve dos docentes das escolas de ensino artístico.

18 de Janeiro - Participação nas Comemorações do "18 de Janeiro de 1934" e da Luta dos Vidreiros da Marinha Grande.

19 de Janeiro – Delegação da FENPROF esteve presente na Assembleia da República, na Comissão de Educação e Ciência, para ser ouvida na sequência da entrega de mais 2 petições Em Defesa da Escola Pública.

19 de Janeiro – Concentração junto ao Instituto Politécnico de Coimbra, pela alteração do regime transitório dos docentes do ensino superior. Pelo direito ao emprego estável.

23 de Janeiro - Participação na Tertúlia no âmbito da Exposição do MDM "As Mulheres contribuem para o desenvolvimento do País" – "A minha vida no trabalho, enquanto Mulher"

25 de Janeiro - Fórum aQeduto 2 – Participação de dirigentes do SPRC nesta iniciativa organizada pelo Conselho Nacional de Educação e a Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre os modelos de direcção e gestão das escolas.

26 de Janeiro - Participação no Colóquio no âmbito do programa de comemorações do 60º Aniversário da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira "A glória do esquecimento – 70 anos sobre a morte de Afonso Lopes Vieira".

28 de Janeiro - Plenário de Sindicatos da União de Sindicatos de Castelo Branco, na Covilhã.

27 de Janeiro – Plenário Regional de Aposentados do SPRC com debate sobre o tema "Saúde e Qualidade de Vida – o seu melhor investimento: você mesmo" apresentado por Filipa Marques e João Tavares doutorados em Gerontologia e Geriatria. Apresentação do Relatório de Actividades de 2015 e aprovação do Plano de Actividades para 2016

27 de Janeiro – Plenário Regional de professores aposentados, em Coimbra, incidente em aspectos da acção reivindicativa

27 de Janeiro – realização de reunião com a presidência do IPC, tendo em conta a negociação de um Acordo Colectivo de Trabalho para os docentes do desta instituição, sobre horários de trabalho

28 de Janeiro – divulgação da "Campanha Nacional de valorização do 1.º ciclo do ensino básico", a qual se revestirá de várias iniciativas em escolas e junto da população, da comunicação social e do governo.

28 de Janeiro – realização de reunião negocial com a Reitoria da universidade de Coimbra sobre o regulamento de Recrutamento e Contratação do pessoal docente da UC. Nesta reunião ficaram bem patentes duas lógicas antagónicas do interesse público da valorização dos docentes, com a Reitoria a defender o aumento dos horários e

a sua desproporcionalidade, contra o que o SPRC prometeu lutar

2 de Fevereiro – realização da Conferência "O stresse na profissão docente: causas, consequências, medidas a tomar", em Lisboa no Anfiteatro do Edifício Novo da Assembleia da República, com os grupos parlamentares e os psicólogos clínicos Ivone Patrão e Marcelino Mota.

3 de Fevereiro – Comemoração dos 25 anos da InterReformados/USC, colóquio "A intervenção dos Sindicatos e a comunicação social" com Luís Lobo, dirigente do SPRC, responsável pelo Departamento de Informação

3 de Fevereiro – Participação na reunião da Comissão de Utentes da A23, na Biblioteca Municipal da Covilhã, sobre a luta contra as Portagens na A23

4 de Fevereiro - Participação no Debate na ADLEI "Região de Leiria – Um olhar social".

5 de Fevereiro – FENPROF exige a abertura de concursos públicos e a negociação do regime de contratação de docentes para o IEFP/MTSSS. Face à situação, a FENPROF solicitou uma reunião urgente ao Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na qual pretende discutir este problema e estabelecer o indispensável processo negocial que a matéria impõe.

11 de Fevereiro – No âmbito da Campanha de Valorização do 1.º CEB, realização de uma visita à EB 1 de Famalicão da Nazaré e recolha de imagens e depoimentos, no âmbito da acção geral da FENPROF - "Higiene, Segurança e Saúde nas Escolas. Condições de Ensino e de Aprendizagem".

11 de Fevereiro – Presença na Assembleia da República. Aprovação dos Projectos PCP, Bloco e PS de Resolução - Criação de um novo regime transitório para a conclusão de doutoramento e contratação efectiva com vínculo público de docentes no ensino superior público.

12 de Fevereiro – No âmbito da Campanha de Valorização do 1.º CEB, realização de uma visita à EB 1 de Almedina (Coimbra) e recolha de imagens e depoimentos.

15 de Fevereiro - No âmbito da campanha do "1º Ciclo – Caminhos para a sua valorização", realizou-se no auditório da EB 1 Augusto Gil na Guarda, um debate onde participaram professores do 1º ciclo e encarregados de educação. O tema abordado foi – "o encerramento de escolas e a multiplicação de turmas mistas, a escola a tempo inteiro e o agravamento da carga horária dos alunos

15 de Fevereiro – Debate "a desorganização dos horários" – Tabuaço

15 de Fevereiro – Debate "uma profunda renovação do 1º CEB" – Cinfães

16 de Fevereiro – No âmbito da Campanha de Valorização do 1.º CEB, realização de uma conferência de imprensa que teve a presença de várias docentes da EB 1 São Tiago, Felicidade Alves foi a porta-voz. Dulce Pinheiro da Direcção do SPRC e do Secretariado Nacional e Marta Amoroso dirigente em Castelo Branco deram a conhecer resultados de um inquérito

16 de Fevereiro – No âmbito da Campanha de Valorização do 1.º CEB, realização de uma entrevista a Lídia Duarte, encarregada de educação, do Agrupamento de Escolas da Sertã, a propósito do processo de organização das AEC no 1.º CEB

16 de Fevereiro – "Problemas e desafios que enfrenta o 1º Ciclo – Condições de ensino e aprendizagem" – debate na Escola Básica 2/3 de Eixo (sede de agrupamento). Com Fátima Melo, Rosa Gadanho, professores do 1.º CEB e Isabel Passos, António Morais e Vítor Januário, da Direcção Distrital de Aveiro.

16 de Fevereiro – Debate "A constituição de turmas no 1º CEB" – Viseu

16 de Fevereiro – Conferência sobre o Trabalho Infantil (estudo da situação no Brasil, Argentina e em Portugal) de Cecília Zsögön, argentina, investigadora social, socióloga e doutoranda em Antropologia Social, em Coimbra. Iniciativa promovida pelo Grupo de Estudos em Relações de Trabalho e Sociedade (CES), com a parceria do Sindicato dos Professores da Região Centro, em Coimbra

17 de Fevereiro – No âmbito da Campanha de Valorização do 1.º CEB, realização de uma visita à EB 1 de S. Silvestre (Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã) e conferência de imprensa com depoimentos dos professores da escola sendo Margarida Brás a porta-voz.

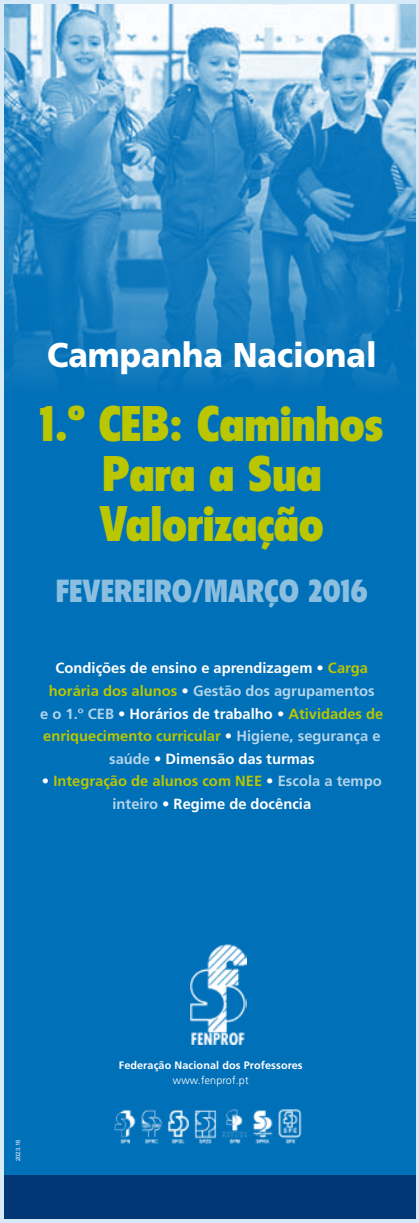
22 de Fevereiro - Início de uma ronda de reuniões sindicais pelas escolas do distrito de Castelo Branco.

26 e 27 de Fevereiro – Participação dos delegados do Sindicato dos Professores da Região Centro no 13.º Congresso da CGTP-IN – Almada.

Março e Abril – Realização em toda a região de dezenas de reuniões de preparação do 12.º Congresso Nacional dos Professores

Março a Outubro – Participação na recolha de assinaturas para a petição "Defender o interior, combater a desertificação, reverter o encerramento de serviços públicos". Bancas em Viseu, Lamego, Cinfães, Moimenta da Beira, Mangualde, Tondela, S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Vila Nova de Paiva e Santa Comba Dão

7 de Março – depois de uma forte luta desenvolvida e da realização de diversas acções pela extinção das BCE, o governo, finalmente veio reco-



nhecer razão aos sindicatos e publicou legislação nesse sentido. Desta forma acaba um foco de discricionariedade nos concursos de professores, contra o qual a FENPROF sempre se bateu, no que foi acompanhada, de forma esmagadora, pelos docentes.

8 de Março – Comemoração do Dia Internacional da Mulher, com a realização de diversas iniciativas em toda a região, por iniciativa própria do SPRC ou em parceria com outras organizações, designadamente as Uniões de Sindicatos. A iniciativa regional, organizada pelo Centro de Formação do SPRC, ocorreu em Coimbra e celebrou "O 25 de Abril os 40 anos da Constituição da República Portuguesa – O que conquistaram as Mulheres" na Sala do Café-Concerto do Teatrão (Coimbra).

8 de Março - Dia Internacional da Mulher: Participação no Cordão Humano, em Leiria "Afirmar a Igualdade. Cumprir a Constituição".

8 de Março - Comemorações Dia da Mulher com Conferência de Imprensa em Castelo Branco; Marcha "Afirmar a Igualdade – Cumprir a Constituição!", na Covilhã e Jantar Comemorativo no Fundão.

10 de Março – Palestra pedagógica e de sensibilização sobre o 8 de Março com alunos, na EB Afonso de Paiva, com intervenções de Paula Sobral da CIMH/CGTP-IN e de Filomena Aguiar, Elsa Magro e Gabriela Gonçalves da CIMH/USCB, em Castelo Branco.

12 de Março – Participação no Seminário sobre administração e gestão das escolas "Por uma escola democrática" – Escola Secundária D. Pedro V (Licínio Lima, Manuela Mendonça e Mário Nogueira).

16 de Março – Conferência sobre "Trabalho, Capitalismo e Precariedade" (estudo da situação no Brasil, Argentina e em Portugal) de Alfredo Campos: mais um momento relevante neste debate. O tema precariedade - assume particular relevância tanto mais que, neste caso específico, versava sobre profissões altamente qualificadas. Iniciativa promovida pelo Grupo de Estudos em Relações de Trabalho e Sociedade (CES), com a parceria do Sindicato dos Professores da Região Centro, em Coimbra

17 de Março – a FENPROF acompanhou os trabalhos da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, relativos à discussão de aspectos relacionados com ensino superior e investigação, designadamente quanto à necessária alteração do regime transitório e à aprovação de um regime de vinculação

17 de Março – Início da afixação de pendões em defesa da Escola Pública no distrito de Castelo Branco.

22 de Março – a FENPROF entregou uma proposta de novo CCT à AEEP, cujo teve como objectivo principal assegurar as condições de trabalho dos docentes do EPC no respeito pelo exercício pela profissão docente e que contempla os princípios fundamentais de aproximação entre carreiras docentes no EPC e no Ensino Público de acordo com o previsto na Lei nº 9/79 (Lei de Bases do EPC) e no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

22 de Março – Assembleia da República/Debate sobre a petição entregue pela CGTP-IN em 28/11/2013 "Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma".

B – Encontro de Professores Aposentados, organizado com o apoio da Direcção Distrital de Aveiro. dia de convívio e de cultura com visita ao Museu de Aveiro e passeio na Ria.

30 de Março – o SPRC associa-se à campanha da FENPROF pela regularização de situações de carreira que afectam os docentes dos 4.º e 6.º escalões e os docentes recém-ingressados na carreira cujo posicionamento salarial não respeita o tempo de serviço, contrariando, dessa forma, disposições europeias de aplicação obrigatória, vinculando, por isso, o Estado português.

30 de Março – Participação no Plenário de Sindicatos da União de Sindicatos do Distrito de Leiria.

31 de Março – Participação na Manifestação convocada pela Interjovem em Lisboa centrada na defesa da estabilidade de emprego e profissional e no combate à precariedade laboral. Neste dia, a FENPROF destacou junto dos órgãos de comunicação social a existência de mais de 53.000 docentes e investigadores precários

Abril – PACC: Face à sentença do TAF de Coimbra que convergiu com as razões invocadas pelo SPRC, o ME ficou obrigado, no âmbito da respectiva execução, a reconstituir as situações que existiriam, caso não tivesse sido praticada a ilegalidade. Dessa forma ficou aberto caminho para o ressarcimento dos professores prejudicados. O SPRC iniciou a recolha de dados individuais dos professores abrangidos para dar seguimento ao processo.

2 de Abril – Participação na Sessão Comemorativa dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, promovida pela USCB, na Covilhã.

4 de Abril – Encontro com Deputada do PCP, Paula Santos, sobre Precariedade, na Covilhã.

5 a 13 de Abril – Reuniões Distritais de Aposentados para debate dos documentos do 12.º Congresso da FENPROF e eleição de delegados

6 de Abril – Participação no plenário de Delegados e Dirigentes Sindicais organizado pela USCB, com a presença de Arménio Carlos, onde se elegeu um Secretariado Intersindical da Zona do Pinhal, na Sertã.

13 de Abril – Em parceria com o Exploratório (Coimbra – Centro Ciência Viva), realizou-se uma Tarde do Professor. Uma iniciativa dedicada aos docentes, educadores e formadores que pretendam conhecer a oferta educativa do Exploratório

18 de Abril – SPRC patrocina Petição em defesa da estabilidade de Emprego no Instituto Politécnico de Viseu. Decorrente do brutal desinvestimento no ensino superior e investigação ao longo dos vários anos, e em particular dos últimos 4, estamos hoje perante um elevado grau de precariedade laboral entre os docentes do ensino superior politécnico público: docentes há 12, 13 e mais anos com contratos sucessivos a prazo e um crescente número com contratos a tempo parcial (na sua maioria a 50%). Esta situação viola claramente a directiva comunitária 1999/70/CE de 28 de Junho, que impede o abuso de contratos a prazo sucessivos. Esta petição viria a recolher um número próximo das 1.000 assinaturas

20 de Abril – Conferência "No sinuoso trilho do empreendedorismo: notas sobre a pequena empresarialidade em Portugal" de Ana Alves da Silva, socióloga. Partindo de uma investigação doutoral sobre a precariedade das condições objectivas em que operam os micro e pequenos empresários em Portugal, a sessão explorou as dificuldades vividas pelos "empreendedores", a relação negativa que o fenómeno do empreendedorismo estabelece com o desemprego, visando, por fim, propor uma reflexão crítica do fenómeno com base na "oportunidade estrutural para a empresarialidade". Iniciativa promovida pelo Grupo de Estudos em Relações de Trabalho e Sociedade (CES), com a parceria do Sindicato dos Professores da Região Centro, em Coimbra

22 de Abril – A FENPROF entregou na Confederação Nacional de Educação e Formação uma proposta de CCT para a s Escolas Profissionais

22 de Abril – SPRC completa 34 anos de acção persistente, coerente e consequente em defesa dos Professores, Educadores e Investigadores e da Educação, Ensino e Investigação Científica, afirmando-se como a maior e mais representativa organização de professores da região centro e uma das maiores e mais representativas no plano nacional.

24 e 25 de Abril – Participação, organização e co-organização de iniciativas e cooperação em diversas acções, no âmbito das Comemorações Populares da Revolução de Abril.

24 e 25 de Abril – Comemorações do 25 de Abril em Castelo Branco, organizado em conjunto com várias associações e os sindicatos da USCB, com "Caminhada da Liberdade", Almoço

Partilhado, Tertúlia de Abril "Conta-me como foi… o teu 25 de Abril de 1974" e almoço na Covilhã.

26 de Abril – O SPRC e a FENPROF tomam posição pública em defesa da moralização do sistema e do controlo do financiamento atribuído aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, num país em que os operadores privados da Educação insistem em manter-se acima da lei, colhendo benefícios que apenas interessam a cada um deles em particular, não deixando contudo de atacar direitos dos trabalhadores e de duplicar a despesa do Estado com o financiamento do ensino.

29 e 30 de Abril – 12.º Congresso Nacional dos Professores da FENPROF.

1 de Maio – Participação na jornada de luta convocada pela CGTP-IN do Dia do Trabalhador com as comemorações do 1.º de Maio.

1 de Maio – Participação nas comemorações do Dia do Trabalhador em Castelo Branco, Covilhã, Tortosendo, Unhais da Serra, Minas da Panasqueira, com Manifestação, Comício(s)/Festa, Festa(s) da Criança, Festa(s) do Livro, Festa(s) da Dança, Festa(s) do Atletismo, Marcha do trabalhador...

4 de Maio – O SPRC divulgou as propostas que a FENPROF apresentou em reunião com responsáveis políticos do Ministério da Educação sobre mobilidade por doença e organização do ano lectivo

6 de Maio - Presença na Assembleia da República por ocasião do debate e da votação sobre as portagens na A23.

13 de Maio – Alegando que a defesa da escola Pública é uma questão política, legal e financeira, realizou-se em Coimbra uma conferencia de imprensa da FENPROF com a participação de directores e presidentes dos conselhos gerais de escolas de Coimbra, para revelar o que implicam as opções do actual governo, apoiado pela maioria parlamentar, para pôr fim a uma situação grave que se arrastava há dezenas de anos no nosso país de sobre financiamento do ensino privado. Nessa conferência de imprensa deu-se a conhecer as contas do despesismo e da desvalorização da Escola Pública: mais de 50 milhões de euros anuais.

14 de Maio – Encontro Regional de Educadores de Infância, organizado pelo Centro de Formação do SPRC, em Coimbra, com os seguintes temas e formadores: Políticas de Educação, direitos das crianças e os discursos de qualidade: implicações nas práticas educativas e desafios futuros, por Emília Vilarinho, educadora de infância e doutorada em Ciências de Educação na área de especialização de Política Educativa pela Universidade do Minho; O papel da Avaliação no Jardim de Infância – potencialidades e riscos, por Ana Maria Seixas, educadora de infância em Viseu e mestre em Ciências da Educação na área de especialização em Avaliação em Educação; De aluno do pré-escolar a criança com direitos no jardim-de-infância – reflexão em torno de práticas de escolarização precoce, por Catarina Tomás, socióloga, doutorada em Estudos da Criança pela Universidade do Minho e docente na Escola Superior de Educação de Lisboa.

16 de Maio – Arranca em todo o país uma enorme Campanha em Defesa da Escola Pública que reuniu, logo de início, o apoio de mais de 100 personalidades das mais diversas áreas. Uma campanha em que se pretendia a defesa da não duplicação do financiamento público em Educação, a garantia de financiamento adequado às escolas púbicas e a manutenção de apoio financeiro a colégios privados apenas quando a resposta pública é insuficiente. Este abaixo-assinado/petição viria a recolher mais de 70.000 assinaturas.

16 de Maio - Banca para divulgação e recolha de assinaturas da Petição em Defesa da Escola Pública, em Leiria.

16 de Maio – Banca de recolha de assinaturas em Defesa da Escola Pública – Viseu

16 de Maio - Tribuna Pública sobre Precariedade, organizada pela USCB na Covilhã.

16 e 17 de Maio – Banca de recolha de assinaturas na Petição Campanha em Defesa da Escola Pública no Fundão, na Covilhã e em Castelo Branco.

17 de Maio – Distribuição à população de uma tarjeta informativa sobre os problemas dos reformados, acção integrada na Semana Nacional de Luta (16 a 20 de Maio) promovida pela CGTP-IN

18 de Maio – Banca de recolha de assinaturas em Defesa da Escola Pública - Lamego

18 de Maio – (Ré)Encontro com Camilo Castelo Branco, Vila Nova de Famalicão. Organização do Departamento de Professores Aposentados.

18 de Maio - Banca para divulgação e recolha de assinaturas da Petição em Defesa da Escola Pública, em Alcobaça.

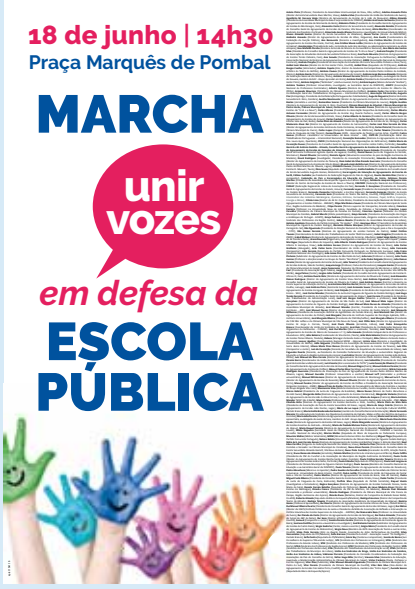
20 de Maio - Banca para divulgação e recolha de assinaturas da Petição em Defesa da Escola Pública, em Pombal.

25 de Maio – Participação no 10.º Congresso da União de Sindicatos de Aveiro – Centro Cultural e de Congressos, Aveiro

27 de Maio – Banca de recolha de assinaturas em Defesa da Escola Pública - Viseu

31 de Maio - Participação na Concentração de Reformados/FARPIL, Leiria.

2 de Junho – Antecipando a grande marcha de Lisboa (18 de Junho) milhares de cidadãos de Coimbra associaram-



-se numa grande concentração em Defesa da Escola Pública, na Praça 8 de Maio. O SPRC esteve presente na concentração cidadã com o envolvimento expressivo dos trabalhadores das escolas públicas, docentes e não docentes, e de encarregados de educação e alunos. Intervenções de Rosário Gama, Manuel Pires da Rocha, Serafim Duarte, Mário Nogueira, de um representante da CNIPE e de um aluno da Secundária José Falcão.

3 de Junho – "Em defesa da Escola Pública" – Concentração/Tribuna Pública no Largo Camões em Lisboa, com a participação de milhares de trabalhadores docentes e não docentes e a intervenção de diversas figuras públicas que concordaram dar rosto á luta por uma Escola Pública de Qualidade para Todos.

4 de Junho – Encontro Distrital do 1.º ciclo do ensino Básico, em Castelo Novo – "1.º CEB: Caminhos para a sua valorização".

7 de Junho – Realização em Viseu de um "Debate com alunos surdos e ouvintes", organizado pelo SPRC/FENPROF. Este debate decorreu na Escola Secundária Alves Martins e contou com a presença dos dirigentes sindicais Mário Nogueira (Secretário Geral da FENPROF) e Ana Simões (Coordenadora Nacional da Educação Especial). Aspecto central: a promoção da escola inclusiva e dos seus princípios fundamentais e que, apesar de predominante não se dirigem apenas às pessoas com deficiência. Integrou os debates que foram organizados em todas as regiões e no vasto programa que vem sendo desenvolvido para alertar as comunidades escolares e educativas para a importância da escola verdadeiramente inclusiva, a qual só é possível quando se realiza na Escola Pública.

10 de Junho – Passeio no Tejo "E o Tejo aqui tão perto…", organizado pela Direcção Distrital de Castelo Branco, com o apoio da Câmara Municipal de Vila velha de Ródão e da Associação de Estudos do Alto Tejo

11 de Julho – A Direcção do SPRC e os quadros sindicais com redução para a actividade sindical, nos 6 distritos da região reúne para debater em especial as mudanças na ADSE, tendo como convidado o economista Eugénio Rosa.

16 de Junho – O SPRC tomou posição pelo facto de, antecedendo a Marcha de 18 de Junho, os operadores privados estarem a promover despedimentos, reduções salariais e ameaças da layoff.

16 de Junho – Plenário de Sindicatos da CGTP-IN, na Voz do Operário em Lisboa.

16 de Junho - Reunião da Inter-Reformados da União dos Sindicatos do Distrito de Leiria (alargada aos reformados de todos os sindicatos), em Leiria.

18 de Junho – Realização da grande Marcha "Unir Vozes em Defesa da Escola Pública", que juntou em Lisboa entre 80.000 e 10.000 manifestantes (docente e não docentes, estudantes, encarregados de educação e representantes de forças vivas da sociedade, na que foi a maior manifestação em defesa de uma importante causa social – a Escola Pública. No palco usaram estiveram, para além de jornalistas. Quem usou da palavra: Mário Nogueira, Diogo Mendes, Helena Roseta, Ana Sesudo, Isidoro Roque, Ana Benavente e Arménio Carlos

24 de Junho – O SPRC reage ao Despacho Reitoral n.º 86/2016, de 22 de Abril (UC), que fixa um número semanal de horas de aulas para as percentagens contratuais (de 10% a 60%) dos professores a tempo parcial que é uma afronta a esses docentes e aos seus direitos.

26 de Junho – O SPRC divulga, online, as várias dezenas de docentes da UC que se associaram ao protesto contra o Despacho 86/2016 que visa a regulamentação da contratação de professores convidados, e no qual se desprezam as várias componentes da profissão docente no ensino superior, estatutariamente reguladas. A provedoria de Justiça viria, também, a dar razão ao SPRC e aos professores subscritores deste abaixo-assinado entregue na Reitoria, disso dando conta a este órgão da gestão da UC.

28 de Junho – FENPROF e SPRC divulgam posição a propósito da anunciada transformação de mais instituições de ensino superior público em fundações de direito privado. Para o SPRC/FENPROF trata-se de uma transformação que ameaça o interesse público das suas missões e as condições para o exercício da Liberdade Académica dos seus docentes e investigadores, para além de fragilizar ainda mais a autonomia do Ensino Superior Público.

29 de Junho – O SPRC congratula-se com a decisão da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, com o envolvimento do ME, de remoção do amianto do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. A pressão para se chegar a esta solução partiu da Associação de Estudantes, a que se associaram o SPRC e a Assembleia Municipal.

29 de Junho – Organizado e com o apoio do SPRC, é lançado o abaixo-assinado contra o fim do 3.º ciclo do ensino básico na EB 2,3 Fernando Caldeira, em Águeda, o que, a verificar-se, constituirá o primeiro efeito do processo de municipalização iniciado neste concelho.

1 de Julho - Pelas 16 horas, uma delegação, constituída por professores, encarregados de educação da Escola Básica Fernando Caldeira e dirigentes sindicais do SPRC, entregou o Abaixo-assinado "EB 2, 3 Fernando Caldeira: Pela manutenção do 3.º Ciclo" na Câmara de Águeda, cujo foi, também, remetido para o Ministério da Educação (SEAE) e à delegação regional da DGEstE.

6 de Julho - "O Poder do Associativismo - esse ilustre desconhecido", Colóquio/Debate com Augusto Flor, antropólogo, investigador e presidente da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.

6 de Julho – Presença nas Galerias da Assembleia da República durante o debate parlamentar motivado pela Petição entregue pela FENPROF com mais de 30.000 assinaturas em defesa de um novo regime de aposentação.

7 de Julho – É divulgada a recolha de assinaturas contra as condições de organização e funcionamento do 1º Ciclo do Ensino Básico que se agravaram nos últimos anos, com consequências para o exercício profissional da docência e para as aprendizagens dos alunos. Como se não bastasse, o Ministério da Educação decidiu aprovar, pela primeira vez, um calendário escolar mais prolongado do que o aplicável aos restantes ciclos do Ensino Básico, o que, além de mais uma intolerável discriminação, não tem qualquer fundamento pedagógico ou de outra natureza, parecendo tratar-se, apenas, de mais um castigo imposto a professores e alunos deste sector de ensino.

7 de Julho – Participação no Plenário de Sindicatos da União de Sindicatos do Distrito de Leiria.

11 de Julho – A Direcção do SPRC manifesta pesar pelo falecimento do seu associado, Professor Jorge Veiga, de quem se salienta o grande reconhecimento pelas suas qualidades humanistas e o agradecimento pelo seu legado. Jorge dos Santos Veiga foi vice-reitor e Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, do Departamento de Química da FCTUC, e, estando presente na defesa de mais justiça social, dos direitos universais dos trabalhadores e do direito de todos à cultura, à Educação e a uma Escola Pública de Qualidade, deu sempre o rosto à defesa destas e de outras causas humanistas.

12 de Julho - Uma delegação do SPRC entregou na Reitoria da Universidade de Coimbra, as primeiras assinaturas do abaixo-assinado contra a aplicação e pela revogação do despacho 86/2016, da Reitoria da UC, sobre a contratação de docentes a tempo parcial. Este despacho, como o SPRC tem defendido e expôs junto da Provedoria de Justiça e do MCTES, é ilegal, pois pretende oficializar artifícios de gestão orçamental das instituições de ensino

superior ilegais e que são aplicados sobre os trabalhadores docentes, para além de ir de encontro à distribuição de serviço já efectuada pelas diversas unidades, faculdades e departamentos, feito de forma surpreendente e quase secreta.

12 de Julho – O SPRC torna público comunicado da FENPROF onde se revela que OIT e UNESCO recomendam que condições de trabalho dos docentes do público se apliquem aos do privado. Em 2015 (Paris, Abril de 2015), uma comissão conjunta OIT/UNESCO produziu um conjunto de Recomendações relativas ao pessoal docente, uma das quais referindo-se explicitamente a este tipo de situação, apelando aos Estados Membros que adoptem "medidas para oferecer as mesmas condições de trabalho a todos os docentes, tanto das escolas públicas como dos centros financiados pelo Estado". Esta recomendação vem na sequência das preocupações manifestadas por aquela comissão conjunta sobre a crescente desigualdade que tem vindo a verificar-se nos países em que a privatização do ensino tem vindo a ganhar espaço. A FENPROF decidiu apresentar queixa à OIT e UNESCO da situação que se vive em Portugal neste domínio e que resulta da ganância de operadores que não abrem mão dos elevados lucros que obtêm.

13 de Julho – A CGTP-IN considera totalmente inaceitáveis quaisquer sanções a Portugal. O país não pode nem deve ser sancionado pelas políticas aplicadas pela CE, BCE e FMI. Esta é uma realidade que se situa no campo da irracionalidade, face ao impacto profundamente negativo que já teve e pode vir a ter na vida de milhões de portugueses.

18 de Julho – FENPROF apela à subscrição de um abaixo-assinado online contra a grave discriminação a que os/as educadores/as de infância estão sujeitos/as relativamente ao calendário escolar, ao mesmo tempo que se condenam os efeitos perniciosos de tal medida nas crianças que frequentam os jardins-de-infância.

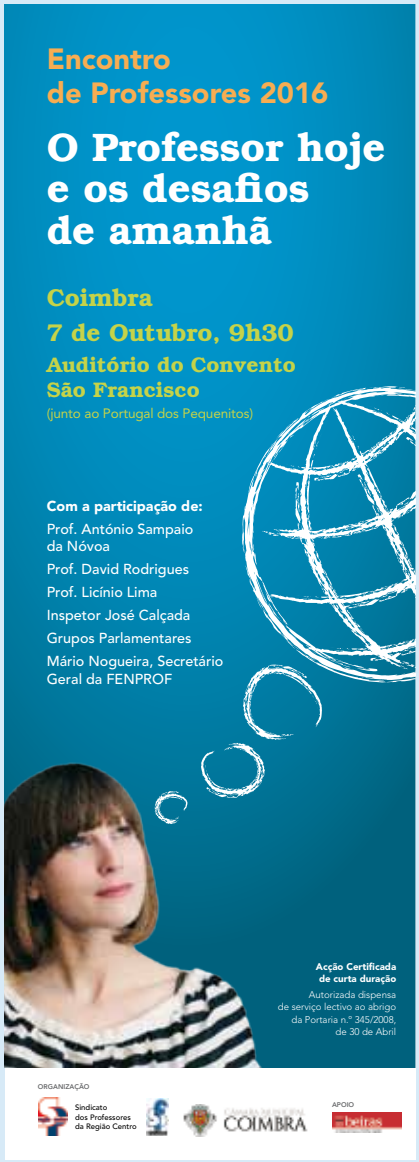
20 de Julho – As galerias da Assembleia da República e o exterior do edifício tiveram a presença de centenas de docentes que acompanharam o debate parlamentar da petição da FENPROF por uma aposentação justa aos 36 anos de serviço e os projectos de Resolução apresentados sobre esta matéria, acompanhando as posições dos docentes portugueses. PS, PSD e CDS voltaram a unir-se contra os professores inviabilizando, com o seu voto, os projectos de Resolução que recomendavam a criação de um regime excepcional de aposentação para os professores. A Petição apresentada na Assembleia da República e subscrita por 30.000 docentes não exigia qualquer privilégio para estes profissionais, apenas apelava ao bom senso dos deputados no sentido de estes serem coerentes com posições que têm assumido e, pensavam os professores, seriam consensuais.

20 de Julho – realizou-se a última reunião negocial com o MCTES sobre a alteração ao regime transitório do Politécnico, na qual se registaram alguns avanços, mas também muitas e graves insuficiências. É lamentável que perante as vicissitudes de um processo que se iniciou com o mandato de Mariano Gago, não tenha sido possível salvaguardar os interesses de docentes que tudo deram às suas instituições e que, com o obstáculo dos custos insuportáveis, terão eles mesmos de suportar os erros de governações irresponsáveis. Na tomada de posição emitida pela FENPROF à saída da reunião, pode ler-se: "É lamentável que perante as vicissitudes de um processo que se iniciou com o mandato de Mariano Gago, não tenha sido possível salvaguardar os interesses de docentes que tudo deram às suas instituições e que, com o obstáculo dos custos insuportáveis, terão eles mesmos de suportar os erros de governações irresponsáveis".

29 de Julho – A delegação negociadora do SPRC/FENPROF reuniu com vice-reitor da Universidade de Coimbra, para negociar o projecto de Regulamento de Prestação de Serviço Docente. Na reunião, a delegação sindical reconheceu a importância do debate promovido pela Equipa Reitoral, o que vinha defendendo desde o início do processo. Momentos, aliás, que, a somar às reuniões sindicais realizadas, acrescentaram ainda mais argumentos às posições defendidas pelo SPRC/FENPROF, ao mesmo tempo que permitiram entender o contexto de algumas propostas da Reitoria. Ao contrário do que seria de esperar, a reitoria voltou a integrar as regras previstas no Despacho 86/2016, fortemente contestado, tece, também, objecções à letra do RPSD e do referido despacho.

29 de Julho – FENPROF reúne com Tiago Brandão Rodrigues a quem entrega dossier com 13 questões de resolução urgente e que quer ver contempladas já a partir do ano lectivo de 2016/17 e 10 propostas para que o Orçamento de Estado 2017 inicie um ciclo de investimento na Educação.

17 de Agosto – é publicado o diploma que revê o regime transitório do ECDPESP (DL 45/2016), o qual, embora se trate de um significativo avanço no caminho do combate à precariedade no Politécnico, contém insuficiências que levaram a FENPROF a solicitar de imediato aos grupos parlamentares que



requeiram a apreciação parlamentar do decreto-lei para o seu aperfeiçoamento.

6 de Setembro – FENPROF reuniu no ME e volta a colocar aspectos relacionados com os problemas existentes no 1.º CEB, voltando a chamar a atenção para a Carta reivindicativa entregue no ME e aos Grupos Parlamentares no 2.º período do ano lectivo passado

8 de Setembro – Debate no âmbito das «Novas Orientações Curriculares – Análise e Debate Partilhado, "com os pés no terreno"», com a Coordenadora Regional do Sector, Ana Paula Pires e a membro da DD Coimbra, Isabel Hipólito, ambas educadoras de infância, registando uma elevadíssima participação dos educadores de infância, revelando o alto interesse e preocupação dos profissionais do sector, na Covilhã.

15 de Setembro – SPRC e FENPROF tornam públicas diversas insuficiências sentidas nas escolas e jardins-de-infância, com o início do novo ano lectivo

19 de Setembro – o SPRC associa-se à petição "Defender o interior do país. Combater a desertificação" com a qual os promotores pretendem chamar a atenção para "as políticas dos últimos governos que conduziram ao encerramento de muitos serviços públicos no distrito de Viseu" e, consequentemente, ao desmantelamento de serviços de saúde, ao encerramento de escolas e jardins-de-infância, ao encerramento de tribunais, ao desaparecimento de serviços essenciais no apoio aos agricultores e ao encerramento, até, de postos de correio.

19 de Setembro – Reunião com Deputada do PCP, Paula Santos, sobre condições de Abertura do Ano Lectivo, em Castelo Branco.

22 de Setembro - O SPRC/FENPROF teve conhecimento de que, contra a posição da Provedoria, seguiram instruções da Reitoria para a aplicação generalizada das regras contestadas às contratações de professores convidados a tempo parcial para o próximo ano lectivo, definidas pelo despacho reitoral 86/2016. A Reitoria optou por uma via contrária à proposta pelo SPRC/FENPROF que resolvia o problema exposto pela Reitoria da UC, sem prejudicar os seus professores universitários, sem desvalorizar o seu trabalho e sem distorcer as suas funções gerais definidas no ECDU. O SPRC/FENPROF, cumprindo o papel que lhe cabe de defesa dos direitos, deveres, e dignidade profissional dos professores, declarou ser forçado a desencadear um conjunto de acções que impeçam a entrada em vigor do Regulamento de Prestação de Serviço Docente.

26, 28 e 30 de Setembro - Bancas de recolha de assinaturas da Petição da CGTP-IN "Garantir o Direito à Contratação Colectiva. Revogar a Norma da caducidade das Convenções Colectivas, Assegurar o Direito de Negociação na Administração Pública", em Leiria.

27 de Setembro - Realizou-se em 27 de Setembro uma Conferência de Imprensa com a presença de Mário Nogueira, Secretário-geral da FENPROF, Anabela Sotaia, da coordenação do SPRC, Jorge Alves, vereador da Educação, e Carina Gomes, vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra, entidades que organizam o Encontro "O professor hoje e os desafios de amanhã", que se realiza em Coimbra, no Convento São Francisco, em 7 de Outubro, no âmbito das comemorações do Dia Mundial dos professores (5 de Outubro).

29 de Setembro – Distribuição à população do manifesto aprovado pela IR no âmbito da Semana Nacional de Esclarecimento, Reivindicação e Luta promovida pela CGTP-IN, de 26 a 30 de Setembro.

Outubro e Novembro – Realização de acções de formação sindical para os dirigentes, delegados e activistas sindicais da área sindical do SPRC, em Aveiro (19 de Novembro), Castelo Branco (12 de Novembro), Coimbra (29 de Outubro), Guarda (12 de Novembro), Leiria (29 de Outubro) e Viseu (19 de Novembro). Estas acções que a Comissão Executiva do SPRC decidiu promover visam criar condições para que, a partir delas, os dirigentes e delegados sindicais possam estruturar a sua intervenção com outra consciência do funcionamento da estrutura e da enorme responsabilidade que é cometida aos dirigentes e aos delegados sindicais.

1 de Outubro - Jantar Comemorativo do 46º Aniversário da CGTP-IN, no GIR do Rodrigo, na Covilhã.

4 de Outubro – participação nas comemorações oficiais da FENPROF relativas à comemoração do Dia Mundial do Professor, com um espectáculo de Música, Dança, Teatro, Poesia… ISCTE. Lisboa.

7 de Outubro – Encontro de Professores 2016, organizado pelo SPRC/Centro de Formação e pela Câmara Municipal de Coimbra, com o apoio do Diário As Beiras, "O professor hoje e os desafios de amanhã" – Convento de São Francisco – Coimbra, com David Rodrigues, Licínio Lima, José Calçada, António Sampaio da Nóvoa, Porfírio Silva (BE), Ana Mesquita (PCP), Joana Mortágua (BE) e Manuela Cunha (PEV). Apresentação de vídeo evocativo da importância do Professor e da FENPROF.

10 de Outubro – Início da realização de reuniões em todas as sedes de agrupamento, escolas não agrupadas, centros escolares e vários jardins-de-infância e escolas do 1.º CEB, para análise da situação político-sindical, avaliar a acção do governo, fazer o balanço da acção do SPRC e da FENPROF perspectivar a intervenção a curto e médio prazo. Nestas reuniões foram ainda eleitos os delegados sindicais que constituem uma rede de centenas de profissionais que intervêm, avaliam e prepararam a acção dos docentes, da educação pré-escolar ao ensino superior, nos dois subsistemas público e privado.

11 de Outubro - Participação na Conferência/Debate do MDM "40 Anos da Constituição da República Portuguesa", em Leiria, na ESECS.

14 de Outubro – Representando os sindicatos da FENPROF, Mário Nogueira, secretário-geral e coordenador do SPRC proferiu uma comunicação LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO 1986 – 2016 - "Trinta anos depois, renovar compromissos", na qual enfatiza que "A Lei de Bases do Sistema Educativo tem um objectivo assumidamente democratizador, enquadrada que está pela Constituição da República Portuguesa, consagrando como especial responsabilidade do Estado a promoção da 'democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares' (artigo 2.º, n.º 2)".

14 de Outubro – Conferência Distrital sobre Igualdade, em Castelo Branco, com a participação de Isaura Madeira, em representação da CIMH/CGTP-IN, com eleição da Comissão Distrital.

18 de Outubro – Plenário Nacional dos Trabalhadores da Administração Pública "Defender os Trabalhadores, Afirmar conquistas, Exigir Direitos" seguido de desfile para o Ministério das Finanças, em Lisboa, organizado pela FCSAP.

19 de Outubro - Participação no Júri da Prova de Geriatria do CQEP do IEFP Juncal.

20 de Outubro - O Sindicato dos Professores da Região Centro procedeu à entrega de uma acção colectiva em representação dos seus associados do 1.º Ciclo do Ensino Básico, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, no seguimento de decisão tomada pela FENPROF para todo o país, relativamente ao agravamento dos horários de trabalho.

20 de Outubro – (Ré)encontro com Alves Redol, Vila Franca de Xira. Organização do Departamento de professores Aposentados.

28 de Outubro – Participação dos Professores Aposentados da Região Centro na Manifestação nacional organizada pelo MURPI, em Lisboa, em defesa do aumento das pensões e da melhoria das condições de vida.

28 de Outubro – Acções em defesa da actualização dos salários dos docentes que entraram em quadro a partir de 2013 deram entrada nos Tribunais Administrativos (TAF Coimbra).

28 de Outubro – é conhecido que, por iniciativa do SPRC junto da Reitoria

da Universidade de Aveiro, foi resolvida a situação salarial dos Leitores daquela universidade.

28 de Outubro – Concentração no Porto promovida pelo MURPI e apoio da IR pelo "Aumento de Pensões, Melhorar as Condições de Vida"

29 de Outubro – Realização da Conferência "O Stress e o Desgaste Profissional Docente: causas, consequências e medidas a tomar", com Luís Maia (psicólogo clínico), Micaela Brás (Psicóloga de orientação escolar e profissional) e Anabela Sotaia (Coordenadora do SPRC), da qual o SPRC foi entidade promotora e o Centro de Formação responsável pela organização. Nesta sessão a sala encheu com uma assistência muito interessada no debate do tema.

Novembro – SPRC realiza em 19 estabelecimentos de ensino superior da região, reuniões sindicais abertas a todos os docentes sindicalizados ou não.

1 de Novembro – O SPRC cria a sua página na rede social do Faceou, contando de imediato com centenas de seguidores.

2 de Novembro - Participação no Júri da Prova na área da Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro do CQEP do IEFP, em Leiria.

9 de Novembro - Participação no Júri da Prova na área da Acção Educativa do CQEP do IEFP, no Juncal.

17 de Novembro – Participação no debate/conversa sobre o espectáculo "A Embarcação do Inferno", de Gil Vicente, pela Escola da Noite numa co-produção com o CENDREV, no Teatro da cerca de S. Bernardo em Coimbra. O SPRC foi representado por António Morais, da Direcção do SPRC e da Direcção Distrital de Aveiro, mas também encenador/actor.

18 de Novembro – Participação na Manifestação Nacional de trabalhadores da Administração Pública por: Descongelamento da progressão nas carreiras e a actualização dos salários; Aprovação de um regime de aposentação justo que, no caso dos professores, tenha em conta o elevado desgaste que resulta do exercício da sua profissão; Consagração do direito à vinculação no respeito pelo que impõe a Directiva Comunitária 1999/70/CE; Reorganização dos horários de trabalho, designadamente uma definição clara dos conteúdos funcionais das componentes lectiva e não lectiva de estabelecimento, e, no ensino superior, o cumprimento da lei quanto às cargas lectivas.

21 de Novembro – Participação na Tribuna sobre Precariedade, organizada pela USCB, no Fundão.

23 de Novembro – Participação na Concentração de Professores e Educadores, junto ao ME. Contra o bloqueamento dos vinculados no índice da contratação · Pela transição aos 5.º e 7.º escalões dos docentes que reúnem condições desde 2010.

24 de Novembro - SPRC intentou acção no TAF de Coimbra relativa à situação dos Professores em condições de progredir aos 5.º e 6.º escalões desde 2013.

25 de Novembro - Participação na Apresentação do II Volume do Livro da CGTP-IN "Contributos para a história do movimento operário e sindical – 1977 a 1989", em Leiria, na ESECS

26 de Novembro – Acção de Formação Sindical 2016/2017 - Viseu

29 de Novembro – SPRC associa-se ao CPPC, no Dia Internacional cie Solidariedade com o Povo Palestiniano", pelo cumprimento dos direitos do Povo palestiniano.

Dezembro – o SPRC inicia distribuição à população, com especial incidência nas academias, de um texto de posição da FENPROF relativo à passagem das IES a Fundações de direito privado, na qual explicita: "O regime fundacional reduz a autonomia de decisão estratégica das instituições, devido à sua submissão à tutela de membros externos nomeados – os curadores – com plenos poderes, conduz à prevalência de interesses privados e de submissão ao mercado, em detrimento da prossecução do interesse público no exercício das suas missões. Este regime de direito privado possibilita, desde logo, a privatização e precarização das relações laborais e das próprias carreiras (aliás, já em vigor em algumas fundações) e fragiliza as condições para o pleno exercício da liberdade académica no domínio da docência e investigação. Este regime abre a possibilidade de uma gestão do património numa lógica puramente mercantil, o que pode conduzir à sua alienação, privatizando assim património público, sem autorização da tutela, ou à sua utilização para fins que nada têm a ver com a missão das instituições de ensino superior públicas."

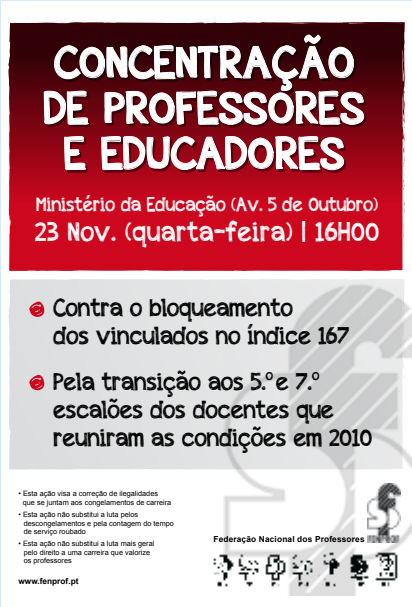
3 de Dezembro – Comemoração do Dia Internacional da pessoa com Deficiência – divulgação de um concurso que decorrerá ao longo do ano de 2017, em parceria com o INR

5, 6 e 7 de Dezembro – realização de várias iniciativas nas regiões abrangidas pelos Sindicatos da FENPROF (SPN, SPRC, SPGL, SPZS, SPM, SPRA). No caso do SPRC realizou-se um debate carregado de informação e emoção. A inclusão sentida por dezenas de alunos... às vezes com uma lágrima no canto do olho! Integrada nesta acção nacional pela inclusão que a FENPROF vem desenvolvendo com a CNOD e o Instituto Nacional da Reabilitação. Esta iniciativa realizou-se em Aveiro, no dia 7 de Dezembro. O debate "Um mundo de todas as cores" decorreu na EB 2,3 de Eixo (Aveiro), Agrupamento de Escolas de Eixo, com a participação de professores e três turmas de alunos do 9.º ano.

5 de Dezembro – O SPRC interveio no processo eleitoral para o Conselho Geral da Universidade de Coimbra com a realização de um questionário que foi dirigido às quatro listas candidatas, sobre qual o seu posicionamento em relação à eventual proposta de passagem da UC a Fundação de direito privado. Este questionário foi divulgado por todos os docentes. Apenas duas listas responderam (A e E). A Lista A, claramente contra o regime fundacional, ganhou as eleições.

7 de Dezembro – Participação dos professores da região centro, em representação das escolas e agrupamentos dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, no Encontro Nacional realizado em Lisboa. Este foi um importante momento de afirmação da posição da FENPROF e dos professores em relação ao processo negocial em curso para revisão do regime legal de concursos e colocações. No final, os participantes manifestaram-se até ao Ministério da Educação onde se concentraram e entregaram uma posição aprovada por unanimidade no Plenário. Nesta concentração os professores receberam o apoio de deputados dos grupos parlamentares do BE, PCP e PEV.

8 de Dezembro – Faleceu Carolina Lemos, com 99 anos, associada do SPRC de longa data, desde a sua fundação, dirigente sindical e activista incansável, não só pelas causas da educação e do ensino, mas também pelos direitos humanos e de cidadania. Pelo seu percurso ímpar, as suas características pessoais e sua personalidade cidadã, pelo trabalho realizado enquanto professora primária e a sua ligação às comunidades em que trabalhou, foi merecida a atribuição a Carolina Lemos, em



8 de Maio de 2004, da Ordem da Instrução Pública, pelo, então, Presidente da República Jorge Sampaio. O Sindicato dos Professores da Região Centro, a sua direcção, em representação dos professores, rendem-lhe um tributo que pecará sempre por defeito, pois a Carolina, como, entre outros, Palmira Sales, José Costa, Nuno Rilo, Carlos Guimarães, Helena Pires, Jorge Veiga ou José Manuel Cunha Torres, faz parte do património colectivo deste Sindicato que ajudou a criar, fez crescer com o seu exemplo e dignificou com a forma abnegada com que serviu qualquer tarefa que lhe estivesse destinada.

12 de Dezembro – Com o apoio do SPRC e do Ateneu de Coimbra, realizou-se uma sessão/debate sobre "A Situação na Síria" promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, na qual foram expostos os complexos e recentes desenvolvimentos na batalha de Aleppo, a resistência do povo Sírio sujeito a esta agressão externa e foi feito um apelo à necessidade de diversificar as fontes de informação dado o cerco informativo e a manipulação que no ocidente se desenvolve sobre este assunto. Com a participação, designadamente, de Ilda Figueiredo, presidente do CPPC e ex-deputada europeia que, nessa condição, teve de acompanhar, no local, estes e outros desenvolvimentos.

13 de Dezembro – participação no Simpósio "Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal", que se realizou no Edifício Novo da Assembleia da República. A Convenção é um documento das Nações Unidas, assinada a 13 de Dezembro de 2006 e ratificada por Portugal. Neste Simpósio, com a participação de representantes dos grupos parlamentares e com a moderação da atleta paralímpica Simone Fragoso, pretendeu-se alertar para os Direitos Humanos, mais concretamente os Direitos das Pessoas com Deficiência, nomeadamente alunos e docentes com deficiência.

13 de Dezembro – Depois de uma persistente e justa luta dos professores dos Conservatórios de Música, na qual o SPRC/FENPROF esteve fortemente envolvido, o Ministério da Educação corrigiu um erro da administração educativa que punha em causa o direito dos docentes contratados dos conservatórios de música e de dança de verem os efeitos da sua colocação produzidos a partir de 1 de Setembro. Mais uma importante batalha vencida.

19 de Dezembro – Publicada em Diário da República a Recomendação sobre a condição docente e as políticas educativas, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em Junho de 2016, a qual contém importantes reflexões sobre a condição docente e a sua profissionalidade. Com a participação dos Sindicatos na reflexão sobre o papel do professor e das condições que devem ser-lhe garantidas, no âmbito desta Recomendação, a FENPROF e CGTP-IN tiveram aqui um papel determinante. Uma Recomendação que não reflecte, como seria normal, exclusivamente o pensamento da FENPROF ou da CGTP-IN, mas contém grande parte daquilo que tem sido a sua intervenção em defesa de uma profissão que deve ser valorizada, tendo em conta o seu importante papel social e a especificidade muito especializada do seu exercício.

20 de Dezembro – Participação no Plenário de Sindicatos da União de Sindicatos do Distrito de Leiria.

21 de Dezembro – respondendo a um apelo dos professores, sindicatos da FENPROF elaboraram um guia de orientação dos docentes sobre "Supervisão pedagógica e Aulas Assistidas", o qual foi divulgado pelo SPRC e distribuído massivamente pelas escolas.

27 de Dezembro - A FENPROF apresentou no ME o seu parecer sobre os projectos apresentados pela tutela para revisão do actual regime e criação de um regime extraordinário de vinculação. No final da reunião, a FENPROF reafirmou a necessidade de, em sede negocial, concretizar o que, na Assembleia da República, o Primeiro-Ministro afirmou sobre a necessidade de reduzir as situações de precariedade a uma mera bolsa não superior a 10%.

27 de Dezembro – A Petição em Defesa da Escola Pública deu origem a importantes iniciativas parlamentares. Com mais de 77 000 subscritores, foi a plenário da Assembleia da República a Petição em Defesa e pela Valorização da Escola Pública, que já esteve na origem de diversas iniciativas, designadamente da Marcha em defesa da Escola Pública realizada em 18 de Junho de 2016. FENPROF divulgou à comunicação social um jornal para distribuição geral à população com o título "Defender o que é de Todos!"

29 de Dezembro – O SPRC divulga a realização de 14 plenários de professores em toda a região, entre 9 e 12 de Janeiro, para discutir a matéria relativa a Concursos e Colocações, o seu processo negocial e o desenvolvimento da acção em torno deste tema.

O SPRC nos locais de trabalho dos professores e investigadores da região centro – Seria exaustiva a descrição de todas as reuniões sindicais realizadas, das visitas realizadas sistematicamente aos locais de trabalho de docentes e investigadores, das distribuições de documentos, das auscultações realizadas, quer sobre aspectos relacionados com a acção reivindicativa imediata, quer sobre a estratégia a adoptar e o envolvimento dos trabalhadores que o SPRC representa. No seu conjunto, são, anualmente, centenas os momentos de contacto directo. 2016 não foi excepção. Às habituais reuniões, por ter sido ano de Congresso da FENPROF, realizaram-se, ainda, dezenas de reuniões para a sua preparação, envolvendo professores de toda a região e dos diversos níveis de educação e ensino e investigadores, dos dois subsistemas público e privado.

O reforço da organização – Esta forma de estar e de fazer sindicalismo foi sempre, é e deverá continuar a ser a matriz fundamental do Sindicato dos Professores da Região Centro, sabendo que, dessa forma, reforça o prestígio, a coesão, a percepção da realidade e a capacidade de intervenção quer no âmbito regional e nacional dos Professores (na FENPROF), quer no âmbito geral dos trabalhadores da Administração Pública (na Frente Comum) e de todos os trabalhadores (na CGTP-IN). O SPRC realizou 573 reuniões sindicais nos locais de trabalho. Possui uma rede muito alargada de Delegados (576) e Dirigentes Sindicais, podendo afirmar-se que a quase totalidade dos associados possui, na sua escola/agrupamento, quem os represente junto das estruturas directivas do SPRC, com quase um milhar de pessoas que reforçam, dia-a-dia este Sindicato. Não é, pois, estranho, por isso, perceber porque é que o SPRC num quadro de redução global do número de professores, cerca de 25% do universo dos professores de há 6 anos atrás, conseguiu resistir e reforçar-se com novos sindicalizados. Desta forma o SPRC viu aumentada a sua representatividade sindical na região centro, quer em relação ao universo de professores sindicalizados (considerando todos os sindicatos), quer em relação ao universo global dos professores da região. É esta forma de fazer sindicalismo, de massas e de classe, em todos os momentos da vida do SPRC, que reforça uma ideia construída desde 1983 com a criação da FENPROF – A Força de Estarmos Unidos!

Centro de Formação do SPRC - No âmbito da actividade do Centro de Formação do SPRC, para além de encontros/seminários com maior número de participantes e de que se dá conta neste Relatório de Actividades, o SPRC realizou acções de formação para os seus associados, totalmente gratuitas. Estas acções de formação foram frequentadas por cerca de 400 docentes e, tendo em conta o facto de os governos persistirem no não financiamento das acções promovidas pelos Centros de Formação dos Sindicatos, foram realizadas com o notável e louvável empenho dos seus formadores que as realizaram a título gracioso. ■

Projecto de plano de acção do SPRC para 2017

2017: com a luta, avançar na concretização das justas aspirações dos professores, educadores e investigadores

Em 2017, a meio da legislatura iniciada em 2014, a luta dos docentes e investigadores, também da área do SPRC, será o elemento mais necessário – e aquele que mais depende da sua vontade e da sua capacidade! – para que as legítimas expectativas – a esperança, mesmo – que surgiram com o novo quadro político nacional, e que foram reforçadas com algumas medidas tomadas, inicialmente, pelo governo ou aprovadas na Assembleia da República, não degenerem em perigosas desilusões. Mais do que falar de expectativas, importa dizer que a movimentação e a intervenção vão ser cruciais para que problemas que se arrastam há tempo demais sejam, finalmente, encarados e resolvidos. Na luta, na sua organização e na mobilização para que seja forte e eficaz, estará empenhado, como lhe compete, o SPRC, no quadro da FENPROF, mas também no da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e no da CGTP-IN, todos eles indispensáveis para que se alcancem importantes objectivos reivindicativos dos professores, educadores e investigadores.

A fase da legislatura em que nos encontramos é especialmente sensível. Não se aceitaria que a recuperação e a melhoria de direitos e condições de vida e de trabalho ficasse por cumprir, circunscritas às tais medidas iniciais que, sendo positivas, precisam de ter seguimento e alargamento para questões de maior vulto. E não é isto que resulta, seja do enquadramento criado pelo OE 2017, seja da submissão a ditames e opções que continuam a comprometer ou a impedir a soberania e o desenvolvimento do país ou, ainda, por força da ausência de respostas a problemas, alguns deles, verdadeiramente estruturais, e a reivindicações justíssimas dos docentes e investigadores.

Vinculação e estabilidade profissional, aposentação com o combate ao desgaste e ao envelhecimento do corpo docente, equilíbrio dos horários de trabalho, no respeito pelo que deve ser atribuído a cada componente, descongelamento das carreiras e contagem do tempo de serviço e reforma do modelo de gestão com mais democracia para as escolas, são cinco áreas aglutinadoras da intervenção da FENPROF e do SPRC. E é por esses eixos que, em 2017, será desenvolvida a acção reivindicativa dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Todos eles convergem para um grande propósito que se mantém – a defesa da Escola Pública –, objectivo que deve mobilizar sectores cada vez mais amplos da sociedade, e que tem linhas de desenvolvimento no respeito pelo enquadramento legal e constitucional do papel do ensino privado ou no combate ao retomar dos projectos de municipalização da educação – e de outras áreas das funções sociais do Estado – pelo actual governo.

No ensino superior e na investigação, às questões centrais da estabilidade e do combate à precariedade juntam-se outras questões de ordem profissional que reclamam a intervenção dos professores; mas, também com fortes implicações também no plano profissional, temas como o da insistência do governo na conversão das instituições em fundações públicas de direito privado requerem, este ano, uma decidida intervenção do SPRC e dos docentes.

O emprego científico, apesar das medidas adoptadas pelo governo, claramente insuficientes, diga-se, continuará a suscitar a atenção do Sindicato. Os níveis de precariedade a que os investigadores são submetidos são

brutais; é indisfarçável a ideia de que, na investigação, a precariedade é "natural"; é evidente, pois, a necessidade de lutar para romper com este tipo de ideias e opções políticas.

No ensino particular e cooperativo, a condição profissional dos docentes encontra-se diminuída por um contrato colectivo de trabalho que degradou a situação dos professores e educadores. A luta geral por contratos colectivos – abrangendo, também o ensino profissional – que dignifiquem os profissionais e garantam condições de trabalho equivalentes às do ensino público, é um eixo prioritário da intervenção do SPRC. Outro, naturalmente, é o do apoio sindical e jurídico especialmente necessário face às circunstâncias laborais, por vezes muito difíceis, em que aqueles docentes exercem funções.

Muitos professores que exercem funções nas actividades de enriquecimento curricular e outros que o fazem como formadores do IEFP, IP, constituem exemplos de vastos grupos em que a mobilização para lutar pela correcção de ilegalidades e pela melhoria de condições de exercício, sendo de premente necessidade, não tem acontecido. Entre outras razões, poderão aqui cruzar-se as que se prendam com um sentimento de transitoriedade nas funções. Com a consciência de que, no entanto, é imprescindível trazer estes profissionais à luta para melhorar a sua condição, o SPRC irá procurar novas formas de os contactar, de fazer circular informação e de convocá-los para acções que contribuam para esse objectivo.

Prosseguirá, por necessário, também, o trabalho que o SPRC tem vindo a realizar com os professores do ensino artístico especializado ou contratados no âmbito das designadas técnicas especiais, designadamente por razões de estabilidade da sua situação laboral.

"2017 pode ser um ano decisivo. Na luta por melhores condições de vida e de trabalho, em defesa da escola pública e da investigação científica para um Portugal mais desenvolvido e justo, o SPRC continuará a ser a grande organização sindical dos professores, educadores e investigadores da região centro!

A frente de trabalho dos docentes aposentados tem tido uma importante actividade também no âmbito do SPRC; prossegui-la, é uma das linhas de trabalho sindical, o que desde logo se justifica pela necessidade de recuperação de direitos destes docentes mas também pelo seu potencial de intervenção em causas e áreas de carácter mais geral.

Noutras áreas, o SPRC irá continuar a dar atenção a temas e lutas como a que reclama maior investimento na cultura – 1% para a Cultura! –, as questões do ambiente e, ainda, as que tratam da paz e cooperação entre os povos. Este empenho corresponde, aliás, a um projecto sindical que, rejeitando visões corporativas, reconhece a importância e intervém pela criação de uma sociedade mais justa.

Estão previstas para o próximo mês de Maio as eleições para os corpos gerentes do SPRC, mandato 2017-2020. Estas eleições constituem uma relevante tarefa sindical para os próximos tempos, havendo uma especial responsabilidade da actual direcção de garantir a apresentação, aos associados, de uma lista que garanta o prosseguimento do projecto sindical que continua a ser o do SPRC: combativo, propositivo, de classe e de massas. Isto, naturalmente, sem pôr em causa os direitos de participação e de assunção de responsabilidades de direcção sindical que cabem a qualquer professor ou investigador associado no SPRC.

O presente Plano de Acção, aliás, opta por uma natureza mais genérica, tendo em vista que caberá à direcção sindical que vier a ser eleita definir o principal das prioridades e da acção do SPRC em grande parte de 2017. No entanto, as linhas genéricas apresentadas, crê-se, não deixarão de estar presentes e em destaque na acção sindical que os novos corpos gerentes irão dirigir, espera-se, com o êxito que os docentes e investigadores da região desejam e para o qual terão de, inevitavelmente, dar o seu insubstituível contributo: o da luta.

Não obstante, importará referenciar, nessas linhas genéricas, alguns momentos já identificados como centrais na luta a desenvolver ao longo deste ano: depois da participação do SPRC no Roteiro Contra a Precariedade (CGTP-IN), nas actividades que assinalarão a luta pela igualdade entre mulheres e homens, o Dia Internacional da Mulher e na Manifestação Nacional dos Jovens Trabalhadores, as comemorações do 25 de Abril e um grande 1.º de Maio, em todos os distritos da região, terão de ser fortes jornadas de afirmação dos valores da Liberdade, Igualdade e Solidariedade, contribuindo para "Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores", a consigna aprovada pela CGTP-IN e que serve, de corpo inteiro, às aspirações dos professores, educadores e investigadores.

O SPRC celebra, em 2017, o seu 35.º aniversário. Um aniversário que não deixará de ser assinalado com a importância que tem a longevidade desta organização que, sublinhe-se sem falsas modéstias, continua a assumir o seu carácter combativo e o papel que tem no âmbito das organizações e estruturas em que participa, FENPROF, FCSAP e CGTP-IN. Preparam-se já iniciativas por toda a região que contribuirão para marcar trinta e cinco anos de pujante vida sindical na região centro.

2017 pode ser um ano decisivo. Na luta por melhores condições de vida e de trabalho, em defesa da escola pública e da investigação científica para um Portugal mais desenvolvido e justo, o SPRC continuará a ser a grande organização sindical dos professores, educadores e investigadores da região centro! ■

Demonstração individual dos resultados por naturezas (de Janeiro até Dezembro)

Rubricas	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Rendimentos e Gastos		
Vendas e serviços prestados	1 861 875,55	1 804 880,82
Fornecimentos e serviços externos	(597 729,96)	(598 642,38)
Gastos com pessoal	(800 928,95)	(851 162,77)
Outros rendimentos e ganhos	1 255,21	12 914,23
Outros gastos e perdas	(306 950,52)	(311 294,29)
Resultados antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos	157 521,33	56 695,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(105 607,20)	(37 077,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	51 914,13	19 617,71
Juros e gastos similares suportados	(2 349,80)	(7 752,35)
Resultados antes dos impostos	49 564,33	11 865,36
Resultado liquído do período	49 564,33	11 865,36

Balanço individual – 31 Dezembro de 2016

	2016 Até mês	2015 Ano Completo
Activo		
Activo não Corrente		
Activos fixos tangíveis	942 879,43	1 001 725,60
Outros Activos Financeiros	180 000,00	150 000,00
	1 122 879,43	**1 151 725,60**
Activo Corrente		
Clientes	6 909,41	849,05
Estado e outros entes públicos	1 091,85	7 506,05
Outras Contas a Receber	24 062,05	17 164,95
Caixa e Depósitos Bancários	329 878,46	300 028,28
	361 941,77	325 548,33
Total do Activo	**1 484 821,20**	**1 477 273,93**
Capital Próprio e Passivo		
Capital Próprio:		
Capital realizado	1 045 122,08	1 033 256,72
Outras Reservas	192 000,00	192 000,00
	1 237 122,08	1 225 256,72
Resultado Liquido do Período	49 564,33	11 865,36
	1 286 686,41	**1 237 122,08**
Total do Capital Próprio	**1 286 686,41**	**1 237 122,08**
Passivo		
Passivo corrente		
Estado e outros entes públicos	24 612,73	31 389,91
Financiamentos obtidos	806,65	14 322,03
Outras contas a pagar	172 715,41	194 439,91
	198 134,79	240 151,85
Total do Passivo	**198 134,79**	**240 151,85**
	198 134,79	240 151,85
Total do Capital Próprio e do Passivo	**1 484 821,20**	**1477 273,93**

PROPOSTA

DESPESAS	
	1 870 855,03
Serviços Especializados	**131 471,33**
Jornais, Revistas e Rádio	1 500,00
Região Centro Informação	7 500,00
Material de Publicidade	46 000,00
Manutenção Página WEB	1 500,00
Licenças Software	6 100,00
Vigilância e Segurança	1 300,00
Honorários Colaboradores	9 000,00
Conservação e Rep. Equip. Transporte	22 221,33
Conservação e Rep. Equip. Básico	15 350.00
Conservação e Rep. Edifícios	19 000,00
Outros Conservação e Reparação	2 000,00
Materiais	**45 600,00**
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	4 000,00
Material de Reprografia	19 000,00
Material de Escritório	15 000,00
Material de Escritório - Equipamentos	7 000,00
Livros e documentos técnicos	600,00
Energia e Fluidos	**39 050,00**
Electricidade	21 500,00
Gasolina	100,00
Gasóleo	14 000,00
Gás	200,00
Água	3 250,00
Deslocações, Estadas e Transportes	**1 950,00**
Despesas Alimentação - Pessoal	200,00
Despesas Transporte Eventuais	0,00
Outras Despesas Transporte - IVA Não Dedutivel	0,00
Transporte de Mercadorias - Impressos	1 750,00
Serviços Diversos	**44 047,47**
Aluguer Viaturas	500,00
Rendas e Alugueres	35 500,00
Leasing - Grenke	7 497,47
Bebedouro e Alugueres	550,00
Correio	**57 900,00**
Correio - Sede Regional	50 000,00
Correio - Aveiro	300,00

Correio - Covilhã	1 250,00
Correio - Coimbra	300,00
Correio - Guarda	200,00
Correio - Leiria	1 400,00
Correio - Viseu	3 750,00
Correio - C. Branco	400,00
Correio - Figueira da Foz	100,00
Correio - Douro Sul	150,00
Correio - Seia	50,00
Comunicações Operadoras	**36 149,00**
PT Empresas	
PT Viseu	350,00
PT Geral	6 000,00
PT Aveiro	475,00
PT Leiria	560,00
PT Seia	550,00
PT Covilhã	630,00
PT C. Branco	680,00
PT Guarda	460,00
PT Figueira da Foz	660,00
Vodafone	
Vodafone - Banda Larga	2 400,00
Vodafone - Geral	15 124,00
NOS	
NOS - Praça República	1 200,00
NOS - Geral	3 800,00
NOS - Sede Regional	1 200,00
NOS - Leiria	960,00
NOS - Guarda	650,00
NOS - Lamego	450,00
Seguros	**12 551,14**
Seguros - Automóveis - Frota	5 750,00
Seguros - Manutenção de equipamento	550,00
Seguros - Sedes Multi-Riscos	2 000,00
Seguro - Acidentes Pessoais	4 251,14
Contencioso e Notariado	0,00
Actividade Sindical	**143 000,00**
Desp. Activ. Sind. - Reuniões DD	10 000,00
Desp. Activ. Sind. - Reuniões Escolas / Agrupamentos	10 000,00
Desp. Activ. Sind. - Reuniões Regionais de Sector	2 000,00
Desp. Activ. Sind. - Reuniões FENPROF	1 000,00

Desp. Activ. Sind. - Plenários e Manifestações	41 000,00
Desp. Activ. Sind. - Encontros/Seminários/Conferências	5 000,00
Desp. Activ. Sind. - Eleições SPRC	10 000,00
Desp. Activ. Sind. - Activ. Culturais e Recreativas	1 500,00
Desp. Activ. Sind. - Portagens e Parqueamentos	20 000,00
Desp. Activ. Sind. - Outras Reuniões	3 500,00
Desp. Activ. Sindical - Combustiveis	21 000,00
Desp. Activ. Sind. - Reuniões Departamento	1 000,00
Desp. Activ. Sind. - Despesas de Formação	5 000,00
Comemorações 25 de Abril	1 000,00
CGTP/Frente Comum	5 000,00
35º Aniversário do SPRC	6 000,00
Limpeza, Higiene e Conforto	**17 200,00**
Limpeza, Higiene e Conforto - Material Limpeza	8 000,00
Limpeza, Higiene e Conforto - Serviços Limpeza	
Instalações - Sedes	5 000,00
Viaturas	500,00
Outros - Desinfestação e Extintores	1 600,00
Limpeza, Higiene e Conforto - Outros Serviços	2 100.00
Outros	**2 450,00**
Outros Serviços/Fornecimentos - Pagam. Condomínio	1 200,00
Outros Serviços/Fornecimentos - Jornais e Revistas	500,00
Outros Serviços/Fornecimentos - Outros	750,00
Outros Serviços - Apoio aos Sócios	**169 103,52**
Serviços Jurídicos - Honorários Advogados	150 103,52
Serviços Jurídicos - Despesas de Justiça	15 000,00
Serviços Jurídicos - Deslocações a Tribunais - Processos	4 000,00
Gastos com o Pessoal	**825 010,96**
Ordenados	547 185,48
Subsidio Férias	45 705,53
Subsidio Natal	45 705,53
Subsídio de Alimentação	44 055,00
Encargos com o Pessoal	142 359,42
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doença	**8 100,00**
Seguros de Acidente de Trabalho	6 000,00
Medicina no Trabalho	2 100,00
Outros Gastos com o Pessoal	**1 000,00**
Diferenças Baixas de Caixa	1 000,00
Outros Gastos e Perdas	**15 469,20**
Impostos - IVA	11 500,00

Imposto de Selo	50,00
Notariado e Escrituras	500,00
IUC	1 452,57
IMI	1 466,63
Taxas	500,00
Outros	**291 685,47**
Donativos	1 500,00
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - FENPROF	167 317,80
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - CGTP-IN	84 999,96
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - Aveiro	4 080,00
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - C. Branco	3 399,96
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - Coimbra	11 559,96
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - Guarda	2 549,88
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - Leiria	5 269,92
Comparticipações MSU - Quot. Estatutárias - Viseu	7 140,24
Comparticipações MSU - Quotização Beira Serra	65,00
Multas e Penalidades Não Fiscais	300,00
Congresso CGTP-IN	2 902,75
CPPC	600,00
Gastos e Perdas de Financiamento	**3 000,00**
Juros Suportados - Encargos Transf. Quotas	2 500,00
Juros Suportados - Emp. Sede e Delegações	500,00
Financiamentos obtidos	**26 616,94**
Empréstimo Compra Sede de Leiria	3 487,54
Empréstimo Skoda Rapid (06-PD-51)	4 985,64
Empréstimo Skoda Roomster (35-MB-55)	3 288,36
Empréstimo Skoda Roomster (41-NS-86)	3 274,92
Empréstimo Skoda Fabia (98-OJ-27)	3 584,52
Empréstimo Skoda Fabia (97-QC-19)	3 584,52
Empréstimo Skoda Fabia (69-RO-81)	4 411,44

RECEITAS

	1 870 855,03
Quotização	1 825 555,03
Reposição verbas FENPROF	20 000,00
Verbas DD's	0,00
Plenários/Manifestações	6 000,00
Contencioso/Notariado	15 000,00
Formação	0,00
Outros rendimentos	0,00
Outras receitas	4 300,00

O que é ser um trabalhador precário?

Se não tens um contrato de trabalho…

Se não tens uma carreira…

Se tens um contrato a termo e vives com incertezas quanto ao teu posto de trabalho e à profissão…

Se os períodos de pausa a que devias ter direito não são respeitados…

Se trabalhas mais horas do que as legalmente definidas, mas não és compensado em remuneração ou tempo de descanso…

Se na mesma situação profissional tens um salário mais baixo que os outros…

Se as tuas opiniões não são respeitadas no local de trabalho ou se és atacado nos teus direitos apenas porque manifestaste a tua opinião…

Se tens um contrato, mas não és devidamente remunerado…

Então a precariedade bateu-te à porta. Tens nos sindicatos da FENPROF e na CGTP-IN quem te defende. Porém, as conquistas só se obtêm com luta, sendo certo que quem não luta perde sempre!

FENPROF promove Abaixo-Assinado

Professores do ensino artístico especializado público têm o direito de vincular

Desde há dois anos que se encontra em vigor uma "norma-travão" que fixou um limite à celebração sucessiva de contratos a termo com o Ministério da Educação (ME). Porém, nunca a mesma ou outra com idêntico objectivo se aplicou aos docentes de Ensino Artístico Especializado (EAE).

A FENPROF considera que essa exclusão atenta contra o direito constitucional destes docentes à segurança no emprego e corresponde a um flagrante desrespeito pela Directiva Europeia 1999/70/CE, de 28 de Junho, a que o Estado Português está vinculado.

Por outro lado, tendo as escolas de se sujeitar ao recrutamento através do concurso de escola, estes ocorrem, por norma, muito após 1 de Setembro. Só a luta tem impedido que o ME imponha a perda de serviço, com a não contagem de uma ano de contrato, por esse facto. Porém, há um aspecto a que é impossível fugir. Os alunos são claramente prejudicados e não é com discursos de circunstância que os problema se resolvem.

Perante a oportunidade perdida com a revisão do regime legal de concursos para fazer valer as posições justas e adequadas dos docentes do EAE, a FENPROF decidiu promover um Abaixo-Assinado, através do qual se procura afirmar o direito destes docentes contratados a um vínculo, por estarem, claramente, a exercer funções permanentes para necessidades permanentes.

Dando voz ao protesto dos professores, a FENPROF defende:

1) A consagração de uma norma, de aplicação anual, que fixe as condições contratuais a partir das quais a integração nos quadros se torna legalmente imperativa, o que poderá ocorrer em diploma próprio, atendendo às especificidades do EAE público;

2) A concretização, ainda no presente ano lectivo, de um concurso externo extraordinário que determine a integração nos quadros, com efeito a 1 de Setembro de 2017, em termos idênticos ou semelhantes aos previstos no Decreto-Lei n.º 111/2014, de 10 de Julho;

3) A antecipação, para Julho, dos procedimentos concursais de contratação de escola destinados ao recrutamento de docentes do EAE, de forma a garantir a sua colocação a 1 de Setembro. ■

Vítor Januário (Membro da Direcção do SPRC)

Tudo enquadradinho para o aluno do séc.XXI

Quando uma boa ideia prova ser o contrário disso mesmo, é sempre preferível não resistir à realidade e repô-la no plano donde saiu – o das ideias apenas.

É neste habitat que julgo dever ser reposta a globalizada opção por orçamentos participativos, pois são, neste momento, instrumentos que alimentam qualquer poder instituído que os aplique. Tornaram-se um modismo que corre o risco de se fixar como prática inquestionável, não tanto como ritual ou credo, mas mais como tática de manuseamento demagógico. Não tarda, tê-los-emos nos bancos para ficarem respaldadas as gordas opções, enquanto as de menor efeito ficam para os participantes. Eventualmente, não se atrasarão a ser objetos estimados de diretores escolares com afeições de mando. Não demora, vê-los-emos culminando com avultados prémios nacionais, entregas de diplomas e imposição de insígnias. Sem delongas, já andam por aí e por aqui, nas escolas, com anúncios de vencedores, bem como com debates sobre ganhadores e perdedores, depois de animados apelos às votações nas ideias de cada um. Pronto, chegou-se à participação democrática!

Se em Porto Alegre parecia haver uma boa ideia, se a mesma se percebia em Palmela, alguém compreendeu também que é sempre possível instrumentalizar. Muitos agarraram este entendimento, que tem servido para os manterem no exercício do poder como democratas capazes de partilhar, aparentando tal desapego uma disponibilidade para a participação ativa na sociedade.

É uma perversão da intervenção democrática levar os jovens a julgarem que determinam opções políticas apenas porque decidem para onde vai o euro que lhes é "atribuído", agora, já em Despacho ministerial, com um "treslido" argumento da Constituição da República, "a participação democrática na vida coletiva", e, para embasbacado espanto, acrescido de outro dali transmutado, o de que " Os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei". Está tudo tão enquadrado que, obviamente, esta "pescadinha de rabo na boca", em que se conduzem os cidadãos para as perspetivas que mais convêm à governação das instituições numa espécie de cortejo como forma de participação, só acaba por provar a plena quadratura do círculo – é impossível agir criticamente na tomada de decisões políticas depois de as decisões políticas terem sido tomadas. Portanto, ou "a bota não bate com a perdigota" ou o "Perfil dos alunos para o século XXI" (em discussão pública) não é mais do que um enunciado de intenções cuja eventual virtude se subsume à retórica.

Claro que a escola não é vanguarda da sociedade, pois há sempre o risco de os jovens de hoje poderem transformar a organização política instituída. De facto, uma democracia mais avançada é sempre um problema para quem decide as regras de formação de rapazes e raparigas, por isso entortar a semântica das palavras não permite mais novidade do que a de "não sair da cepa torta". Ora, esta distorção gera vorazes apetites que urge combater.

Os professores farão a defesa da participação na vida pública e política da comunidade, exigindo que as opções para a Educação, incluindo as de âmbito curricular, não surjam sem a intervenção das suas organizações representativas. ■

Precariedade no ensino superior e investigação

O regresso ao passado!

O atual Governo inscreveu o "combate à precariedade laboral", desde sempre um dos desígnios da ação e da luta desenvolvida pelo SPRC/FENPROF, como uma das linhas de ação prioritárias para a legislatura. Em 2009, a alteração dos estatutos das carreiras do ensino superior permitiu, entre outros, a diminuição da precariedade do pessoal docente e, em particular, nos politécnicos.

A não concessão das condições para a obtenção do doutoramento e as restrições orçamentais conduziram, contudo, a um brutal aumento da contratação a termo certo e a tempo parcial. No ensino superior, nos últimos 7 anos, este tipo de contratação foi eleita como a principal forma de recrutamento de pessoal docente. O Relatório "Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública" demostra o elevado nível de precariedade no setor: num universo de 37.577 contratos, 11.180 são precários ou seja 29,8% do total ou representam, ainda, 20% do emprego a termo na Administração Pública central.

Ao nível da investigação, a precaridade atinge valores impensáveis: os bolseiros de investigação, incluindo os gestores de ciência e investigação, atingem 3.448 indivíduos, ou seja, 94,2 % do total de bolsas sendo que as unidades de ensino superior e investigação são responsáveis por 97,2% de total de bolsas.

Neste quadro de profunda precariedade, em sede de apreciação parlamentar, estão a ser discutidos dois diplomas (DL 45/2016 e 57/2016), respetivamente, sobre o alargamento do período transitório e o emprego científico. Desde o início da discussão dos projetos de DL, no âmbito da negociação sindical, a FENPROF defendeu a estabilidade e valorização das carreiras docente e de investigação.

A FENPROF entende que os docentes do ensino superior e os trabalhadores científicos não podem estar sujeitos a condições de trabalho precário e sem expectativas de acesso a uma carreira que lhes confira a dignidade e o merecido reconhecimento pelo seu trabalho. Assim, o SPRC/FENPROF:

Exige que a estratégia governativa plurianual de combate à precariedade fixe os mecanismos necessários, incluindo os financeiros, à integração na carreira doente e de investigação científica de todos os docentes, investigadores e demais trabalhadores científicos que estejam a suprir necessidades permanentes de serviço;

Reivindica um quadro de financiamento adequado e estável para o Ensino Superior e a Ciência que permita às instituições do SCTN consolidar os seus projetos educativos, bem como as principais e novas linhas de investigação protegidas dos ditames dos mercados;

Exige o estabelecimento de uma política pública de estabilização da carreira docente e dinamização da carreira de investigador científico. ■

A luta contra a passagem da UC a fundação tem de continuar!

O SPRC/FENPROF, desde o momento em que se iniciou o processo de constituição da primeira universidade pública de regime fundacional e a publicação do DL institucionalizador (2009), tem-se manifestado contrário à transformação de instituições públicas de ensino superior em fundações públicas com regime de direito privado.

O actual ministro, defensor e promotor da ideia, tem vindo a exercer influência sobre Universidades e Politécnicos com vista à adopção generalizada desse modelo. Na Universidade de Coimbra, o assunto foi trazido para a ordem do dia pelo Reitor, quando no Conselho Geral advogou a discussão pública desse cenário.

Temos vindo a alertar, desde a primeira hora, para os perigos que a passagem da UC a fundação de direito privado comporta, tendo realizado e participado em diversas acções de discussão públicas. Entre essas acções, destacamos o debate promovido pela União de Sindicatos de Coimbra, da CGTP-IN, a 11 de Janeiro deste ano, envolvendo não só docentes, mas também trabalhadores não-docentes, estudantes e a comunidade em geral. Recentemente distribuiu nas diversas faculdades um documento expositivo dos motivos que levam a que mantenha esta posição.

O SPRC/FENPROF reafirma a sua clara oposição ao Regime Fundacional e exorta docentes, investigadores, estudantes e funcionários não docentes a assumir este combate vital para todo o ensino superior e, no caso presente, para a Universidade de Coimbra cuja, a sofrer esta transmutação, seria, objectivamente descaracterizada.

O SPRC/FENPROF saúda todos cuja acção tem confluído neste processo de defesa da UC como Universidade Pública. Em particular, saudamos a acção empenhada que os estudantes e as suas organizações têm vindo a desenvolver com vista à clarificação dos perigos do Regime Fundacional.

Por esse mesmo motivo, condenamos as acções provocatórias de um diminuto grupo de estudantes que, a coberto de uma acção de luta legítima organizada pelo Conselho das Repúblicas, e decerto contra as determinações deste, vandalizaram património da UC.

Alertamos para a necessidade de distinguir claramente os autores destes actos lamentáveis dos estudantes que generosamente têm contribuído para o esclarecimento público e a luta pela manutenção da UC na esfera do ensino superior público.

A alteração no regime jurídico de uma universidade nunca deixa intocada a sua natureza e missão, como os estudantes bem sabem depois da aplicação do RJIES, por exemplo. Também o sabem os professores, que não deixarão de continuar a lutar para que a passagem da UC a fundação não se concretize. ■

A UC Não Foi Fundada para Ser Fundação

■ **Sérgio Dias Branco** (Dirigente do SPRC, FLUC)

Quando D. Dinis criou a instituição que deu origem à Universidade de Coimbra (UC) em 1290, primeiro funcionando em Lisboa, depois transferida para Coimbra, abriu as portas à transmissão e desenvolvimento do conhecimento em campos como a teologia, o direito e a medicina. As áreas científicas foram mudando e a universidade foi-se expandindo e aumentando a sua comunidade académica. Por isso, a história da UC foi sendo escrita também pela luta pela democratização no e do ensino, como demonstra a Crise Académica de 1962, decisiva acção estudantil de contestação à ditadura fascista. Desde a fundação da UC, esta é uma história de conquistas e progresso que engrandece esta universidade pública e o ensino superior público em Portugal.

A luta contra a passagem da UC a fundação pública com regime de direito privado insere-se nesta história. O SPRC/FENPROF entende esta possibilidade como um retrocesso que deve ser combatido, desde o início do primeiro processo de alteração deste tipo e da publicação do Decreto-Lei que a instituiu (para a Universidade de Aveiro em 2009). O actual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, tem defendido e promovido esta via, exercendo influência para a adopção generalizada deste modelo. Na UC, o assunto foi trazido para a ordem do dia pelo Reitor, quando advogou a discussão pública desta opção no Conselho Geral.

O SPRC/FENPROF tem alertado para os perigos que esta alteração comporta, que a realidade da implementação do modelo fundacional tem, infelizmente, confirmado. Por essa razão, temos realizado e participado em diversas acções de discussão pública. Entre essas acções, destaco o debate promovido pela União de Sindicatos de Coimbra da CGTP-IN, a 11 de Janeiro deste ano, envolvendo não só docentes, mas também trabalhadores não-docentes, estudantes e a comunidade em geral. Recentemente distribuímos nas diversas faculdades um documento expositivo dos motivos que servem de suporte à posição da FENPROF.

Para que fique claro, o SPRC/FENPROF reafirma a sua clara oposição à passagem da UC a fundação, dado que esta:

- põe em risco a autonomia estratégica das instituições, fazendo depender decisões da maior importância para a academia da vontade de membros externos, os curadores, que não são democraticamente escrutinados;
- ameaça a prossecução do interesse público da instituição;
- fragiliza gravemente as condições para o exercício da liberdade intelectual e académica;
- facilita a desregulação das relações laborais;
- permite a alienação de património de forma injustificada, sem ter em conta o interesse público;
- abre a possibilidade de regimes específicos de selecção de estudantes, cujo suporte legal pode ser apenas o próprio diploma instituidor.

Saudamos os docentes, estudantes, e funcionários, todas as pessoas e movimentos sociais cuja acção tem confluído na defesa da UC como instituição plenamente pública, nos seus parâmetros de funcionamento e objectivos de actividade. Uma maior autonomia financeira e de gestão é possível sem recorrer a esta alteração. Basta exigir o cumprimento da Constituição da República Portuguesa. Basta exigir mais e melhor democracia. ■

Uma questão que vai para além de uma categoria docente minoritária

Cláudia Ferreira (Leitora, Delegada Sindical, Universidade de Aveiro)

As alterações que em 2009 foram introduzidas na redação dos Estatutos da Carreira Docente Universitária e do Ensino Superior Politécnico (ECDU e ECDESP, respetivamente) tiveram consequências dramáticas para várias categorias docentes, tendo, entretanto, havido abertura para a resolução de algumas destas situações por parte do MCTES.

Contudo, os leitores representam um dos grupos que continuam a ser alvos de grandes injustiças, principalmente no que diz respeito à impossibilidade legal de as universidades os poderem vincular.

Estes docentes têm características específicas, nomeadamente porque constituem uma categoria fora da carreira docente. As universidades têm, desde há décadas, a necessidade de contratar profissionais nativos de línguas estrangeiras (e portanto detentores de diplomas obtidos no estrangeiro) para os vários cursos que as integram no seu plano curricular. Devido à necessidade do serviço, o ECDU não limitava a contratação destes docentes, em termos de anos de trabalho numa instituição, pelo que muitos foram os que foram ficando, no país e na instituição que os contratara. Em 2009, a revisão do ECDU obriga as instituições a limitar a 4 anos o seu contrato a TI ou DE, fazendo com que os colegas (a desenvolver a sua atividade desde há 10, 20 ou até 30 anos) tivessem de repente que considerar o fim da sua contratação. O ECDU de 2009 contempla um período transitório de 6 anos, após o qual a instituição já só tem 4 anos para alterar os termos contratuais com estes profissionais. Passado este prazo, os leitores apenas podem trabalhar na mesma instituição a tempo parcial, o que representa uma precarização considerável de um emprego que já não era muito estável. Noutros casos, são despedidos, sem mais nem menos.

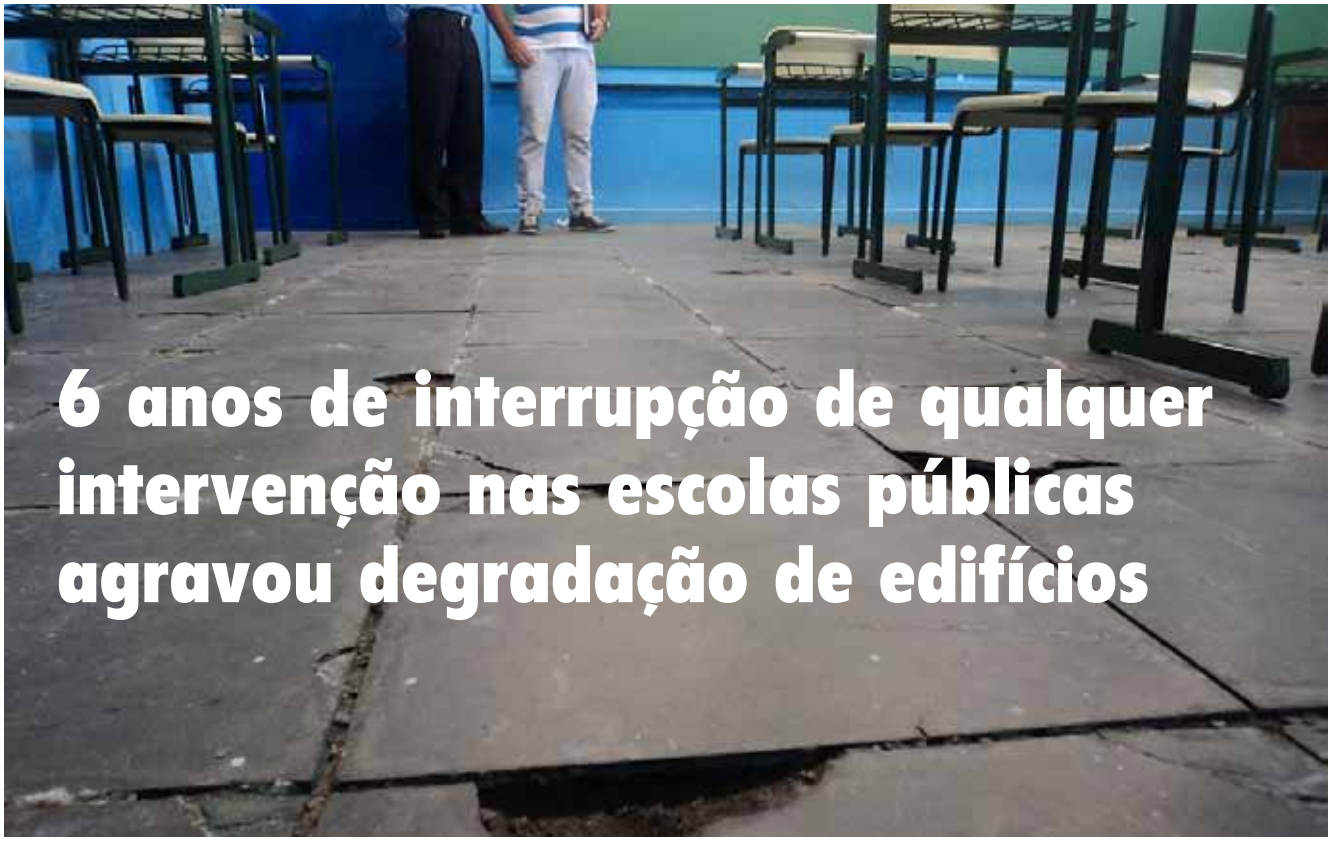
> **Na hora em que se preconiza uma educação de qualidade e inclusiva, em que as humanidades parecem ser revalorizadas, talvez fosse de bom tom alargarmos esta reflexão ao ensino superior, bem como repensarmos as condições necessárias para os agentes da educação.**

Seja qual for o rumo seguido, podemos e devemos interrogar-nos sobre o que motiva limitações legais deste tipo, com base na observação da situação atual.

Com efeito, verifica-se que as necessidades permanentes que haviam justificado as contratações sucessivas dos leitores se mantiveram bem reais, pelo que foi inclusivamente necessário contratar mais leitores ou mais docentes convidados a tempo parcial, para cobrir as necessidades do serviço.

Por outro lado, a nível remuneratório, a categoria dos leitores é sem dúvida a que menos pesa na massa salarial universitária, visto que corresponde aos escalões mais baixos e não tem progressão de carreira. O argumento financeiro não parece, portanto, sustentar uma decisão política que, ainda por cima, é desrespeitadora da diretiva europeia n.º 1999/70/CE, que obriga os estados membros a vincularem os trabalhadores com contratos sucessivos há mais de 5 anos.

Na hora em que se preconiza uma educação de qualidade e inclusiva, em que as humanidades parecem ser revalorizadas, talvez fosse de bom tom alargarmos esta reflexão ao ensino superior, bem como repensarmos as condições necessárias para os agentes da educação. Nas universidades, os leitores, em particular, por serem pensadores/passadores de línguas e culturas, têm uma palavra a dizer numa sociedade multicultural! ■



6 anos de interrupção de qualquer intervenção nas escolas públicas agravou degradação de edifícios

O anterior governo, devido à opção política de desvalorização e de desinvestimento nos serviços públicos, optando pela sua privatização, teve como uma das consequências no campo da educação, a não recuperação ou mesmo a manutenção adequada dos edifícios escolares, o que desde logo, favoreceu a sua degradação.

À suspensão da actividade da Parque Escolar, IP, alegadamente devido a uma má gestão das construções escolares, não se seguiu a adopção de quaisquer medidas de intervenção na conservação dos edifícios escolares. Um facto indesmentível é que também o actual governo paralisou, até agora, qualquer acção específica neste âmbito.

Hoje, há escolas que estão em estado de progressiva degradação, pelo que a intervenção na sua recuperação, adaptação ou construção é mesmo urgente!

É uma preocupação que a FENPROF tem manifestado com as escolas que, por negligência dos responsáveis governativos, vivem momentos difíceis, por diversas razões – o adiantado mau-estado de conservação, espaços que necessitam de adaptação às exigências curriculares, ou, ainda, a necessária recuperação que não se compadece com meras intervenções paliativas.

Recentemente, os exemplos das Escolas Secundárias Alexandre Herculano (Porto) ou José Falcão, (Coimbra) tiveram impacto mediático devido ao que representam no plano da preservação do património edificado, mas também pela sua importância estratégica para a rede de estabelecimentos públicos ou pela limitação às condições de trabalho (de estudo e de exercício da docência), tendo em conta o seu elevado estado de degradação. Porém, aqueles exemplos não são, obviamente casos únicos.

É, pois, por isso, perfeitamente compreensível e justa a posição que docentes, alunos ou antigos alunos e encarregados de educação, pelas suas direcções e por toda a comunidade educativa, vêm assumindo, clamando por intervenções que tardam.

Perante o anúncio por parte do ME, da existência de mais de 300 milhões de euros para este efeito, falta explicitar os tempos em que essas intervenções (algumas já previstas) se farão, sob pena de professores, alunos e pessoal não docente continuarem a conviver com condições que só mesmo o elevado profissionalismo e a disponibilidade dos alunos e das suas famílias ajudam a ultrapassar. Situações a que se juntam, inevitavelmente, as deficiências evidentes ao nível do aquecimento e conforto escolar, que, muitas vezes, não são mais sentidas nas regiões tradicionalmente mais frias, mas sim, precisamente, na faixa litoral do país. Porém, esta não pode ser a solução, pelo que está chegado o momento de dizer BASTA!

Alguns exemplos de escolas, e sua localização, que estão a necessitar de intervenção urgente na sua estrutura física e no equipamento:

Almada - Escola Secundária do Monte da Caparica; Bragança – Escola Básica e Secundária de Vinhais; Castro Verde – Escoia Secundária de Castro Verde; Coimbra – Escola Secundária Jaime Cortesão; Coimbra – Escola Secundária José Falcão, ; Figueira da Foz – Escola Secundária Bernardino Machado; Gaia - EB 2,3 Padre António Moreira - Carvalhos; Gaia – EB 2,3 do Olival; Gaia – Escola Secundária de Oliveira do Douro; Gaia – Escola Secundária do Olival; Guarda – Escola Secundária de Gouveia; Guarda – Escola Secundária de Seia; Leiria – EB n.º 2 de Marrazes; Lisboa – Conservatório Nacional; Lisboa – Escola Secundária de Camões; Mafra - Escola Básica dos 2 º e 3º da Ericeira; Mirandela – Escola Secundária de Mirandela; Porto – Escola Básica Gomes Teixeira; Porto – Escola Secundária Alexandre Herculano; Santiago de Cacém - Escola Secundária Padre António Macedo, Santo André ; Seixal - Escola Secundária João de Barros; Serpa – Escola Secundária de Serpa; Sintra – Escola Secundária Ferreira Dias; Torres Vedras – Escola Básica dos 2 º e 3º Ciclos de Freiria; Viana do Castelo – Escola EB 2,3/S de Barroselas; Viana do Castelo – Escola EB 2,3/S do Monte da Escola; Viseu – EB 2,3 Grão Vasco. | SN FENPROF ■

8.ª Conferência da Inter-Reformados

Realizou-se no passado dia 10 de fevereiro, em Lisboa, a 8.ª Conferência da Inter-Reformados, organização específica dos reformados dos sindicatos filiados na CGTP.

Isabel Lemos/Graça Pedrosa (Departamento de Professores Aposentados do SPRC)

Estiveram presentes cerca de três centenas de participantes entre delegados e convidados de sindicatos, uniões e federações, bem como os membros do secretariado da CGTP que seguem, mais de perto, a realidade dos reformados e aposentados, e ainda o Secretário Geral da CGTP, Arménio Carlos, que proferiu a intervenção de encerramento.

Em discussão estiveram vários documentos: Relatório de Actividades (2013-2017), Carta Reivindicativa, Resolução "Reformados: Outros Desafios", A Organização Sindical dos Reformados, Moção "Contra o Militarismo e a Guerra; Pela Paz e Progresso da Humanidade". Os documentos em apreciação foram na sua grande maioria aprovados por unanimidade. Ao longo do dia, seguiram-se cerca de trinta intervenções, ficando muitas ainda por fazer, o que demonstra a dinâmica gerada na preparação desta Conferência.

A "Carta Reivindicativa" é um extenso e completo documento, em cujo preâmbulo se pode ler: " A luta dos trabalhadores, impulsionada pela CGTP-IN, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento do povo e do país, foi determinante

para a derrota e afastamento do governo PSD-CDS/PP e para abrir caminho a um rumo de defesa, reposição e conquista de direitos, comprovando, mais uma vez, o papel decisivo da luta organizada.

Na nova fase da vida política nacional, e no que se refere aos reformados e pensionistas – particularmente estigmatizados pelo governo PSD/CDS-PP – entre outras medidas, foi reposta a actualização das pensões (da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações); foi decidido o aumento geral e extraordinário das pensões e a extinção da Contribuição Extraordinária de Solidariedade; foram melhoradas prestações sociais não contributivas, relacionadas com o acesso e a actualização dos montantes das prestações, abrangendo o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos". No final da Carta, enumeram-se catorze reivindicações imediatas.

Um outro documento que foi alvo de interessante discussão foi a "Resolução: Reformados: outros desafios" . Como aí se afirma:"A sociedade de hoje não pode deixar de reflectir e de dar resposta aos novos desafios que resultam do crescente peso dos reformados e pensionistas no conjunto da população.

Portugal acompanha a tendência do resto da Europa do aumento de idosos, chegando a estar entre os primeiros países da União Europeia, já que este grupo representa cerca de 20% da população portuguesa. Esta é uma realidade que exige que os próprios reformados, pensionistas e idosos tenham consciência da sua força social, que não abdiquem de assumir, plenamente, a sua participação, designadamente, na exigência de uma política que corresponda às suas necessidades quotidianas."

Ora para que os reformados e aposentados possam cada vez mais estar informados e alertados para a realidade, é necessário que continuem organizados nos respetivos sindicatos, pelo que mais uma vez se retoma uma das palavras de ordem desta conferência: "sindicalizados sempre: no trabalho e na reforma". ■

Professores Aposentados reuniram em Coimbra e em Viseu

Por uma participação activa e solidária na vida sindical

Realizaram-se nos dias 11 e 18 de Janeiro, duas reuniões, em Coimbra e Viseu, dirigidas a docentes aposentados. Estas reuniões, de carácter regional, convocadas pelo Departamento de Aposentados do SPRC, tiveram o objectivo de discutir aspectos relacionados com a situação actual dos docentes aposentados e, através da aprovação de documentos, envolvê-los na vida sindical, a qual é determinante para os manter informados e capazes de intervir neste projecto solidário e, de um modo geral, na sociedade.

Assim, os docentes presentes procederam a uma avaliação do trabalho realizado pelo Departamento de Aposentados em 2016 e discutiram e aprovaram o Plano de Actividades para 2017, o qual vai ser agora proposto à Direcção Regional do Sindicato para que venha a ser integrado nos documentos a aprovar, posteriormente, pela Assembleia Geral de Sócios.

Com a 8.ª Conferência Nacional da Inter-Reformados/CGTP-IN à porta, cuja temática integrou, coincidentemente, preocupações que constam em vários textos do SPRC – "Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma – Reforçar a organização, fortalecer a participação" – o Departamento de Professores Aposentados aproveitou para, discutindo o conteúdo das propostas que foram tratadas nos trabalhos da Conferência, envolver os presentes nesta dinâmica acção nacional. Isabel Lemos, da Direcção do SPRC e da Direcção Nacional da Inter-Reformados, coordenou esta discussão.

Das duas sessões, destacamos os aspectos relacionados com o Orçamento de Estado para 2017, a sua repercussão no valor das pensões e na vida diária de cada um de nós, e o Decreto-Lei 7/2017 que altera a natureza jurídica da ADSE, a qual passou a ser um instituto público de regime especial e de gestão participada, sob a tutela do Ministério da Saúde e das Finanças.

Analisados e aprovados o relatório de actividades 2016 e o plano para 2017 seguiu-se a análise dos documentos, em discussão, da 8.ª Conferência Nacional da IR.

Isabel Lemos fez uma apresentação detalhada dos documentos com particular enfoque no Projecto de Resolução "Reformados: outros novos desafios" e na proposta da Carta Reivindicativa.

Em resultado da análise e discussão foi aprovada a proposta de inclusão na carta reivindicativa de um novo ponto, que se transcreve:

"• a oportunidade de formação gratuita aos cuidadores de proximidade voluntários na perspectiva de uma ajuda mais informada e adequada ao bem-estar do idoso."

Considerou-se, também, propor que seja acrescentada a exigência da representação dos reformados em órgãos de decisão política, quer a nível autárquico, quer a nível governamental.

Por fim, informou-se que, de acordo com o regulamento da Conferência, o SPRC seria representado por 4 delegados: Anabela Sotaia, coordenadora da Direcção Regional; Graça Pedrosa, coordenadora do Departamento de Aposentados; Graciete Ribau e Manuel Leitão, membros das Direcções Distritais de Aveiro e da Guarda.

As reuniões terminaram com dois apelos:

• Intervenção na luta sindical relembrando duas importantes iniciativas:

2.ª Conferência Nacional de Aposentados da FENPROF, a realizar em Novembro, e as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato que decorrerão a 9 de Maio;

• Intervenção junto dos colegas aposentados e da população em geral informando-os e consciencializando-os de que todos somos imprescindíveis na luta por uma sociedade mais justa e solidária. ■

8 de Março, o papel dos professores e professoras no combate às discriminações de género

Isaura Madeira (Represetante da FENPROF na CIMH/CGTP-IN)

Muito caminho foi percorrido desde o tempo em que as mulheres não tinham direito ao voto, não se podiam ausentar do país sem autorização do marido ou que as enfermeiras não se podiam casar; este caminho foi fruto de muitas lutas que mulheres e homens travaram na busca de uma sociedade mais justa, com a formação de novas mentalidades que permitam que homens e mulheres sejam igualmente valorizados.

Muitas das conquistas nós achávamos que seriam irreversíveis, contudo, a atualidade mostra-nos que não é assim, recentemente o eurodeputado polaco Jannusz Korwin – Mikke, afirmou " É claro que as mulheres devem ganhar menos do que os homens, porque são mais fracas, são mais pequenas, são menos inteligentes. Elas devem ganhar menos. É tudo." se isto fosse dito na Arábia Saudita, causar-nos-ia repulsa, mas entenderíamos por se tratar de um país onde as mulheres são sujeitas a horríveis descriminações. Mas, na União Europeia...?!

Este episódio deve alertar-nos para que a luta por igualdade de oportunidades entre mulheres e homens tem de continuar a ser travada quotidianamente para manter o que foi conquistado e conquistar ainda o que não se conseguiu, a divisão tarefas no seio familiar, a igualdade de salários para igual trabalho, igualdade de oportunidades no emprego, direitos de maternidade e paternidade, etc…

A escola, a seguir à família, deverá ser o local em que professores/as deverão trabalhar para reforçar a capacidade crítica dos seus alunos/as, ajudando a formar novas mentalidades, introduzindo a análise de género, como conceito operatório na ação pedagógica e no relacionamento social, em sala de aula, e adquirindo conhecimentos sobre instrumentos jurídicos de combate à desigualdade entre mulheres e homens na escola, no trabalho e na sociedade.

O SPRC tem apostado em proporcionar formação aos seus sócios/as nesta área que visa dotá-los/as de instrumentos de apoio à intervenção pedagógica na área da igualdade de Oportunidades e Igualdade de Género entre Mulheres e

Homens, nas diversas áreas curriculares e que ao mesmo tempo valorizem a sua atividade enquanto profissionais, contribuindo para o aperfeiçoamento das suas funções, dando-lhes a conhecer novos instrumentos de trabalho e estimular o seu empenho na formação de novas mentalidades que permitam a abertura a outras formas de relacionamento na ação pedagógica.

Cabe ao Ministério da Educação criar espaços nas escolas que conduzam a uma escola criadora de cidadãos e cidadãs que se respeitem e valorizem mutuamente.

O caminho para a igualdade faz-se caminhando, quotidianamente, com o empenho de mulheres e homens. ■

SPRC/FENPROF celebrou protocolo de cooperação com a BONIFRATES

Novas e melhores condições para os seus associados

O Protocolo que o SPRC celebrou com a Cooperativa Bonifrates (Cooperativa de Produções Teatrais e Realizações Culturais, CRL) visa proporcionar um conjunto de serviços/regalias sociais para os associados e trabalhadores dos serviços deste Sindicato, em condições economicamente mais vantajosas do que as praticadas ao público em geral, nos planos de intervenção da conhecida e prestigiada Cooperativa.

Desta forma, caberá ao SPRC criar as melhores condições para a divulgação da actividade da Bonifrates, promovendo-a junto dos seus associados, e disponibilizando informação, a determinar pela Companhia, nos seus órgãos de comunicação, bem como estabelecendo uma divulgação regular da actividade da Bonifrates, por si só, ou conjugada com a iniciativa do SPRC para os seus sócios.

Já a Bonifrates, além de proporcionar as condições previstas (de que damos conta), compromete-se a colaborar com o SPRC, com vista à realização de acções de formação, designadamente nas áreas relacionadas com o Teatro nas Escolas (curricular ou extra-curricular), nas suas diversas variáveis, podendo as mesmas ser realizadas em parceria com outras organizações e/ou centros de formação.

Assim, os associados do SPRC, bem como os trabalhadores dos seus serviços, passarão a poder contar com:

1. 30 % de desconto (não acumulável) sobre o valor facial do bilhete nos espectáculos da Companhia realizados no seu espaço em Coimbra e de um desconto a determinar, caso a caso, em espectáculos da Companhia fora do seu espaço, bem como em espectáculos de outros grupos que utilizem o espaço da Bonifrates;

2. Acesso preferencial a actividades de realização conjunta. As condições e benefícios previstos para os associados e trabalhadores dos serviços do SPRC no presente Protocolo serão igualmente extensivas aos associados e trabalhadores dos serviços de cada um dos demais Sindicatos da FENPROF — Federação Nacional dos Professores (Sindicato dos Professores do Norte, Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Sindicato dos Professores da Zona Sul, Sindicato dos Professores da Madeira, Sindicato dos Professores da Região Açores e Sindicato dos Professores no Estrangeiro).

Desta forma a Bonifrates junta-se, agora, à Escola da Noite e ao Teatrão, ao GAAC e à Casa da Esquina, de entre algumas das mais representativas e prestigiadas instituições culturais de Coimbra. | *A Direcção do SPRC* ■

Coimbra

Bonifrates
Cooperativa de Produções Teatrais e Realizações Culturais
Casa Municipal da Cultura, Rua Pedro Monteiro, 3000-329 Coimbra
916 615 388
cooperativabonifrates@gmail.com
www.bonifrates.com
30% de desconto sobre o valor facial dos bilhetes nos espectáculos realizados no espaço da companhia, em Coimbra.
Descontos variáveis em espectáculos de outras companhias no seu espaço em Coimbra e espectáculos da companhia realizados fora de Coimbra.

Escola da Noite
Teatro da Cerca de São Bernardo
239 718 238 / 966 302 488
geral@aescoladanoite.pt
40% de desconto (não acumulável) sobre o valor facial do bilhete nos espectáculos da companhia realizados no seu espaço, em Coimbra.
20% de desconto nas acções de formação organizadas pela companhia.

By Bike
Rua Dr. António José de Almeida, nº 35, 3º Dt.º, 3000-043 Coimbra
919080216
bybikecoimbra@gmail.com
facebook.com/bybikecoimbra
30% de desconto em aluguer de equipamentos por mais de um dia.

Naturclinic
Clínica de Medicina Funcional/ Especialistas no tratamento da dor
Av. Fernão de Magalhães, nº 619, Edifício Mondego, 1º andar, sala1.23, 3000-178 Coimbra
239 821 294 | 910 995 676
geral@naturclinic.pt
www.naturclinic.pt
20% de desconto em serviços referentes a fisioterapia.
10% a 15% de desconto em consultas médicas e tratamentos.
Aplicam-se as mesmas condições aos familiares directos. Descontos não acumuláveis com seguro de saúde ou quaisquer campanhas promocionais vigentes na Naturclinic.

Consultório de Psicologia Margaret Almeida
Rua da República nº 202, Edifício Fozcenter, 3º andar, sala 14, 3080-036 Figueira da Foz
963 920 675
margaret27.almeida@hotmail.com
http://margaret27almeida.wixsite.com/margaretalmeidapsi
15% de desconto em consultas
20% de desconto em avaliação psicológica de adultos e crianças
(Não são acumuláveis regalias de protocolos entre si).

Planeta das Ternuras
Rua Egas Moniz, Lote 12, Loja 6 (junto ao parque infantil da Solum), 3030-488 Coimbra
965 275 910
planetadasternuras@gmail.com
facebook.com/planetadasternuras
10% de desconto

Agência Funerária Rui Gaspar
Quinta D. João, Lote 1, r/c Dt.º, Rua Filipe Terzi, 3030-014 Coimbra
Tel. 914 067 987, 926 707 908, 916 557 556 | rui-gaspar@hotmail.com
20% de desconto em artigos destinados ao funeral.
15% de desconto nos serviços prestados
Excepções: serviços de tanatopraxia são custos a acordar, assim como a repatriação de e para Portugal; serviços religiosos; serviços prestados pela Junta ou pelo pessoal de serviço desta; cremações são despesas pagas por conta e em nome do cliente.

Viseu

Clínica Fisiosátão
Rua 20 de Setembro, nº 122, r/c, 3560-157 Sátão - Viseu
Tel. 936681554
fisiosatao@hotmail.com
15% de desconto (excepto drenagem linfática, massagem de relaxamento, ligadura funcional e domicílios).

Fora da região centro

Liderar Alegrias
Rua da Rosa nº 14, escritório 2, 1200-387 Lisboa
213 471 399
20% de desconto em todos os serviços da tabela.
Apoio a idosos, dependentes e doentes: cuidados de higiene e conforto, confecção de refeições na residência, limpezas e arrumação do lar e serviço de Internamento Dia e Noite.
Médico, Enfermagem, Psicologia Clínica, Fisioterapia, Podologia, Massagens, Cabeleireiro/ Barbeiro, Estética, Conservação, Reparação e Remodelação Domésticas.
Apoio a bebés e crianças: Higiene pessoal, Alimentação da criança, Passeios em zonas verdes, Deslocações casa/escola e escola/casa, Companhia dia e noite no domicílio.

Centro Clínico da Luz
Rua Octávio Homem, nº 19, Loja C e D, Urbanização da Anta, 2735-551 Agualva-Cacém
214 322 216/ 916 203 349
ccl@clinicadaluz.com
www.clinicadaluz.com
15% de desconto em serviços de especialidades médicas.
Alergologia, Cirurgia, Clínica Geral, Dermatologia, Medicina Interna, Ortopedia, Otorrino, Urologia, Ginecologia, Exames citológicos, Medicina Dentária.
Psicologia, Homeopatia, Podologia.

SaudavelMente
Centro de Apoio a Tratamento Integrado à Saúde
Rua Almeida Garrett nº 22-A, 2830-038 Barreiro
212 046 306/ 926 524 284
c.medico.saudavelmente@gmail.com
Consultas de Psicologia para crianças, adolescentes e adultos, Psicoterapia, Musicoterapia, Hipnoterapia, Coaching
15% de desconto.

Agora vale ainda mais a pena ser sócio/a do SPRC.

Uma quota que se anula com tantos descontos. **Uma organização que te defende.**

Todos os acordos em www.sprc.pt

Pelo emprego com direitos

Campanha Nacional Contra a Precariedade 2016/2020

ROTEIRO

contra a precariedade

Não somos descartáveis

Cofinanciado por:
PO ISE
PORTUGAL 2020
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL